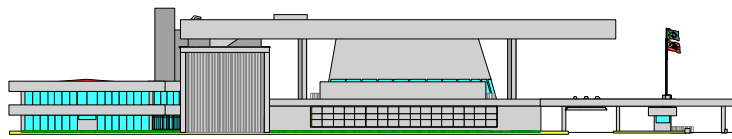


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIII

FLORIANÓPOLIS, 16 DE MARÇO DE 2004

NÚMERO 5.245

15ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE
Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE
Romildo Titon
1º SECRETÁRIO
Altair Guidi
2º SECRETÁRIO
Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO
Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Rogério Mendonça

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Júlio Garcia – Presidente
Hemeus de Nadal – Vice Presidente
Celestino Secco
Odete de Jesus
Dionei Walter da Silva
Joares Ponticelli
Pedro Baldissera
Ronaldo Benedet
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori
Júlio Garcia
Wilson Vieira – Dentinho
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Djalma Berger
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Joares Ponticelli
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Rogério Mendonça
Jorginho Mello
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Nelson Goetten de Lima
Narcizo Parisotto
Luiz Eduardo Cheram
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Nilson Nelson Machado
João Paulo Kleinübing
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim
Genésio Goulart
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

João Paulo Kleinübing – Presidente
Afrânio Boppré – Vice Presidente
Narcizo Parisotto
Reno Caramori
Antônio Carlos Vieira
Wilson Vieira – Dentinho
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Djalma Berger
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

João Rodrigues – Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Jorginho Mello
Ronaldo Benedet
Narcizo Parisotto
José Paulo Serafim
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Mauro Mariani
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Clésio Salvaro
João Paulo Kleinübing
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Luiz Eduardo Cheram – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Antônio Ceron
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Wilson Vieira – Dentinho
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente
Mauro Mariani
Ana Paula Lima
Nilson Nelson Machado
Nelson Goetten de Lima
Clésio Salvaro
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel – Presidente
Djalma Berger – Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
Pedro Baldissera
João Rodrigues
Simone Schramm
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Genésio Goulart
Celestino Secco
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
Luiz Eduardo Cheram
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Cesar Souza
Odete de Jesus
José Paulo Serafim
Ana Paula Lima
Luiz Eduardo Cheram
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salette de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1581
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 009ª Sessão Ordinária
2ª sessão Legislativa da realizada
em 09/03/20042
Ata da 001ª Sessão
Extraordinária 2ª sessão
Legislativa da realizada em
09/03/20049

Atos da Mesa

Atos da Mesa14

Publicações Diversas

Audiência Pública.....17
Atas das Comissões
Permanentes20
Errata20
Portarias20
Projetos de Lei.....21
Projeto de Lei Complementar
.....22

PLENÁRIO

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 09 DE MARÇO DE 2004

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Sousa - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Eduardo Cherem - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário *Ad Hoc*, Deputado Afrânio Boppré, que proceda à leitura da ata da sessão anterior

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Pedro Baldissera.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Pedro Baldissera, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, conforme anunciei no debate de quinta-feira passada, entre o Deputado Genésio Goulart e eu, quando fui desafiado a trazer a essa tribuna os convênios que foram celebrados entre o Município de Tubarão e o Governo do Estado, resolvi não trazer os convênios de uma só vez, e sim um a cada dia. A cada provocação vou trazer um novo convênio, e vou provocar o Deputado Genésio Goulart a trazer o seu. Por exemplo, tenho hoje um só convênio, de R\$1 milhão, que foi transferido para pavimentação de duas ruas de Tubarão, a fundo perdido.

Mas como o Deputado Genésio Goulart não está aqui no Plenário neste momento, e eu quero entregar oficialmente a S.Exa. a cópia do convênio, uma vez que anda muito desinformado, vou esperar para usar depois o tempo e entregá-lo em um momento em que estiver presente no Plenário.

Enquanto isso, Deputado Antônio Ceron, quero me referir ao requerimento que a nossa Bancada já assinou e V.Exa., juntamente com a Bancada do PFL, já deve ter recebido, com as devidas assinaturas acostadas pelos nossos Parlamentares, possa assinar e colher também as assinaturas dos Deputados integrantes da sua Bancada.

É o requerimento que propõe a convocação do Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina para comparecer à Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre os últimos concursos da Polícia Militar de Santa Catarina.

Sobre concurso para Sargentos da Polícia Militar, Deputado Antônio Ceron, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos recebendo, assim como a maioria dos senhores, denúncias de favorecimento, de fraude, de corrupção naquele processo seletivo há mais de 40 dias. Pipocam de todas as regiões de Santa Catarina, por telefone, por carta, *por e-mail* denúncias de favorecimento, de aprovação de filhos de Coronéis ligados ao PMDB, de filhos de Comandantes ligados ao PMDB, ou seja, aquilo, Deputado Paulo Eccel, que eu imaginava abolido do serviço público de Santa Catarina, que é a corrupção, a fraude, o privilegiamento ilícito em concursos públicos foi reintroduzido pelo PMDB no atual Governo.

Na quarta-feira da semana passada, Deputado Celestino Secco, V.Exa. não se encontrava aqui, uma vez que na condição de Secretário-Geral do nosso Partido acompanhava os seminários de integração que estamos implementando em todo o Estado, a nossa Bancada decidiu pela convocação do Comandante da Polícia Militar para dar explicações sobre as diversas denúncias e notícias de fraude, de cor-

rupção no concurso da Polícia Militar, no concurso para Sargento. Anunciamos a convocação do Comandante, Deputado Reno Caramori.

No mesmo dia o Ministério Público, através do Promotor Sidney Dalabrida, que estava investigando o caso, terminou os trabalhos e concluiu comprovando os ilícitos cometidos naquela concurso público.

Ocorre que o Governador do Estado, numa medida que merece o nosso elogio, Deputado Manoel Mota, anunciou a anulação das provas do concurso. E por essa atitude merece o nosso elogio.

O que não dá para entender é que paralelamente ao anúncio da anulação das provas do concurso o Governador não tenha anunciado nenhuma medida punitiva àqueles que praticaram a fraude e a corrupção no concurso para Sargento da Polícia Militar. E o que é pior, Deputado Manoel Mota, a própria Polícia Militar, o próprio Governo havia determinado uma investigação interna, que, pelo que sabemos, não apurou nenhuma irregularidade. Motivo pelo qual estamos requerendo também, Deputado Antônio Carlos Vieira, por proposição de V.Exa. e a nossa Bancada está subscrevendo esse pedido de informação, a conclusão do inquérito tanto da Polícia Militar quanto do Ministério Público.

Se o Governo do Estado, Deputado Dionei Walter da Silva, não tivesse, de fato, compromisso com o erro, com a fraude, com a corrupção nesse concurso certamente teria anunciado, Deputado João Paulo Kleinübing, medidas punitivas a quem praticou a corrupção.

Por que o Governo, tão-somente anunciou o cancelamento das provas, sem anunciar nenhuma medida punitiva a quem praticou a corrupção, Deputado Antônio Ceron?

Então, este Governo não está tão descomprometido com o erro assim. Ou esse erro teria sido feito exatamente com esse objetivo, de favorecer peemedebistas, correligionários, cabos eleitorais e filhos de cabos eleitorais também do concurso da Polícia Militar?

De novo a Polícia Militar, essa corporação que nos honra, que nos orgulha, está com a sua imagem tão arranhada por ações incompetentes, irresponsáveis dos atuais detentores de mandato e de cargos. De novo a imagem da corporação, da bríosa Polícia Militar de Santa Catarina está comprometida por conta de interesses eleitoreiros, politiqueros; uma prática, como já disse e repito, imaginava abolida no Estado de Santa Catarina. E o próprio Ministério Público concluiu que o processo está contaminado e que beneficiou, sim, filhos de membros do atual Governo!

Que vergonha, Deputado Manoel Mota! Que vergonha o que o Governo do PMDB pratica novamente! Que exposição vergonhosa da nossa Polícia Militar de Santa Catarina.

Tem mais, Deputado Manoel Mota. Eu fiquei ainda mais preocupado com o que ouvi do eminente colunista Paulo Alceu, no seu comentário ao meio dia de hoje. Deputado Antônio Ceron, também no concurso de soldados da Polícia Militar há suspeitas de favorecimento ilícito! Também naquele concurso o interesse eleitoreiro, politiquero do Governo, de integrantes do Governo em beneficiar peemedebistas pela via torta, ilícita, ilegal foram utilizados!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Que vergonha! Que lamento Deputado Manoel Mota! A instituição do concurso público havia recuperado crédito neste Estado! As pessoas se inscrevem num concurso público e acreditavam nessa instituição.

Como poderei estimular agora, Deputado Reno Caramori, um cidadão a se inscrever num concurso promovido por este Governo que aí está se no concurso para Sargento já foi comprovado que houve fraude e corrupção, e agora surge suspeitas sobre o concurso para soldados?

Como fica o direito daquele cidadão de bem que pagou a sua taxa de inscrição, que estudou e virou noites se preparando, que fez o concurso e foi aprovado? Como fica esse cidadão, Deputado João Rodrigues? V.Exa. tem a incumbência de conduzir esse processo como Presidente da Comissão de Segurança.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. não vai me conceder aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quando é que esse cidadão de bem que fez o concurso terá a oportunidade de emprego? O PMDB e os membros do Governo, para favorecer filhos de detentores de cargo no atual Governo, contaminaram...

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - Continua filhote da ditadura. Fala o nome da pessoa e não concede aparte! V.Exa. está proibido de falar o meu nome quando não conceder aparte! V.Exa. ainda continua naquele velho tempo em que mandava, prendia e triturava.

A Polícia Militar de Santa Catarina é uma Polícia honrada e V.Exa. não tem o direito de fazer esse tipo de acusações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Deputado Manoel Mota, a palavra está com o Deputado Joares Ponticelli e a ele cabe lhe conceder aparte ou não. Se não lhe deu um aparte... V.Exa. está inscrito em Breves Comunicações e poderá falar.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Joares Ponticelli, por até mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Veja a agressividade do Deputado Manoel Mota, ao invés de explicar... Que filhote da ditadura? Quero saber da prática atual do Governo do PMDB, que era contra a ditadura e agora aprova no concurso público os seus! Que contradição, Deputado Manoel Mota! A instituição do concurso público também foi manchada em 15 meses de Governo do PMDB! Que coisa lamentável!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Herneus de Nadal, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Godinho.

(Pausa)

Na ausência do Sr. Deputado Sérgio Godinho, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Ceron, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o assunto que me traz à tribuna é referente a uma crítica feita na quinta-feira.

Quero dizer que as ações que estamos fazendo é exatamente para preservar o bom nome que a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina tem, pois ao longo da história nunca teve problemas em concurso nenhum.

O nosso trabalho é exatamente para que esse verdadeiro patrimônio, Deputado Reno Caramori, que é a Polícia Militar, continue tendo essa honra preservada e que falhas de uma minoria não manchem essa importante Corporação.

Por isso solicitei subscrevê-lo, apensado à proposta original a fim de que o concurso de soldados seja investigado, porque o Diário Catarinense do ano passado já mostrava uma reportagem de suspeita de irregularidades.

Na região de Lages, os dois primeiros classificados no concurso foram um filho e um sobrinho do então Comandante Manoel, na cidade de Lages. E durante os meses que esse Comandante esteve em Lages, ou melhor, o Comandante só ficou em Lages um final de semana, e foi nesse que aconteceu o concurso público.

Mas o assunto que eu trago hoje, caros Deputados Paulo Eccel, Dionei Walter da Silva, Volnei Morastoni, Afrânio Boppré e Deputada Ana Paula Lima, é que o PT comentou, na semana passada, que na calada da noite o PFL entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra uma medida que preservava e resguardava os direitos do trabalhador brasileiro. E se questionava: Que PFL é esse, Deputado Antônio Carlos Vieira, que fala uma coisa e, na verdade, protege o gráudo, o grande em detrimento do trabalhador?

E nós, preliminarmente, juntamente com o Deputado Onofre Santo Agostini, colocávamos as razões que teriam levado o PFL a tomar essa medida. E hoje estou trazendo a realidade dos fatos.

Naquela orquestração do Partido dos Trabalhadores na semana passada, eles tinham como meta pautada pelo Partido preencher o espaço e falar, de preferência, mal do PFL para desviar a atenção dos Waldomiro Diniz da vida e de outras coisas que estavam acontecendo.

Pois vamos à verdade dos fatos. O Tribunal Superior do Trabalho firmou em 2002, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e na época o Presidente do Banco Central era Arminio Fraga, um convênio com o Banco Central para que houvesse, por parte da Justiça do Trabalho, acesso ao que acabaram denominando de Penhora *On-Line*, que é o bloqueio dos recursos do devedor depois da decisão judicial.

Pois bem, Deputado Reno Caramori, o que aconteceu na prática? Depois de uma decisão de primeira instância, portanto antes de ir ao Tribunal Regional do Trabalho e depois para o Supremo Tribunal, os juizes acabavam bloqueando o dinheiro daquele empresário que tinha sido condenado em primeira instância.

Vamos simular que uma empresa em Caçador tenha três sócios: um com 90%, outro com 9% e outro com 1%. Esse acionista com 1% não tinha participação na gerência da empresa e ele, evidentemente, responde solidariamente sobre o capital da sociedade limitada.

O que acontecia? O Banco Central rastreama a conta dos sócios e aquele com 90% das ações não tinha dinheiro, o que tinha 10% das ações também não tinha dinheiro e aquele que tinha 1% das ações tinha dinheiro no banco. Então, eles bloqueavam o dinheiro daquele empresário que tinha 1% na sociedade para pagar uma conta que ele não devia e ainda cabia recurso na ação ao Supremo e ao Tribunal Regional do Trabalho.

Mas existem dois casos mais graves ainda, Deputado Pedro Baldissera. Houve um caso no qual a mulher desse sócio com 1%, que também não tinha dinheiro na conta, no rastreamento do saldo verificaram que ela tinha dinheiro e acabaram bloqueando.

O outro caso é que nem o sócio com 90% tinha dinheiro nem o sócio com 10% e nem o sócio com 1% e nem a esposa do sócio com 1% tinha saldo, mas um filho de menor idade tinha saldo na poupança e os recursos acabaram sendo bloqueados, ou seja, recursos de um filho menor de um sócio minoritário de uma empresa de responsabilidade limitada ao capital de ações subscrito por esse sócio.

Em cima desse desvio de finalidade do convênio assinado entre o Banco Central e o Tribunal Superior do Trabalho é que o PFL

arguiu essa ação direta de inconstitucionalidade, efetivamente no resguardo do direito do cidadão brasileiro!

Eu solicito aqui (por isso fiz questão de nominar toda a Bancada do PT) que quando trouxerem essas questões, tragam com mais fundamentação porque nós não deixaremos passar em branco nenhuma questão levantada sem fazer um esclarecimento.

E eu vou entregar, Deputado João Rodrigues, ao terminar esta minha fala, ao Líder do PT, Deputado Pedro Baldissera, uma cópia desta Adin que o PFL arguiu, com todo fundamento, com todo direito e, mais do que isto, com toda justiça.

Vou fazer a leitura de alguns tópicos desta ação, que eu entendo importante que sejam destacados neste Plenário.

(Passa a ler)

"Em síntese, com a edição deste convênio foi que se franqueou aos TRTs, mediante termo de adesão, o acesso, via Internet, ao sistema que ora se ajustava. Assim, inaugurado o Sistema Bacen Jud, o TST e os TRTs passaram a encaminhar ofícios eletrônicos, que deveriam ser restritos às respectivas áreas de competência, contendo solicitações de informações sobre a existência de contas-correntes e aplicações financeiras e de logo determinando o bloqueio e desbloqueio de contas envolvendo pessoas físicas, jurídicas e seus sócios que fossem clientes de qualquer instituição autorizada pelo Bacen e integrante do Sistema Financeiro Nacional.

Assim, para garantir rapidamente a execução da sentença trabalhista, cada um dos TRTs tem um gestor de uma senha, que distribui outras senhas individuais a todos os juizes de primeiro grau, os quais têm acesso direto pelo modo eletrônico *on-line* ao sistema de dados sigilosos do Banco Central, o que possibilita aos juizes, com a utilização da senha, realizarem bloqueios e desbloqueios de recursos financeiros depositados em conta-corrente, conta poupança, conta salário, aplicações financeiras e até em recursos financeiros depositados no exterior em nome de pessoas físicas ou jurídicas e seus sócios, quebrando para tanto o sigilo conservado pelas instituições financeiras e de estrita responsabilidade do Banco Central do Brasil, sem que se registrassem quaisquer das hipóteses, *numerus clausus*, relacionadas no art. 1º, §4º, da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001, *in verbis*:"

Então, por mais respeito que tenhamos à necessidade do PT de tentar mostrar ao comando de Brasília que estão atentos e alertas para defender o Governo, dizendo que o Sr. Waldomiro Diniz não tem nada com eles, acabam acusando uma questão que não tem nada a ver!

E o Brasil está começando a cansar, pois com mentira não se governa! Fez-se um discurso, e a prática é outra! E agora tentam jogar, como fez o ex-Ministro Rubens Ricupero, para debaixo do tapete aquilo que não querem ver divulgado e tentam imputar a outros, à Oposição no caso, a responsabilidade. Tentaram dizer que o Waldomiro Diniz não é filiado ao PT! Só falta dizer que ele é filiado ao PFL!

Então, nós precisamos ser respeitados da mesma forma como respeitávamos a bravura do PT como Oposição! É preciso que o PT assumo de fato a postura de Governo, com seus ônus e bônus; que se defenda com documentos, com argumentações, mas não venha cercear o PFL, que está exercitando o democrático e legítimo direito de Oposição!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não vamos fazer uma Oposição radical, como o PT fez durante 20 anos! Não é esta a nossa índole. Mas vamos, sim, mostrar à sociedade brasileira que há uma diferença muito grande entre o que se dizia e aquilo que agora está-se realizando na administração do nosso País!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Na sua ausência, com a palavra o Deputado João Rodrigues, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, na última quinta-feira quando estive aqui, na Assembléia Legislativa, apenas adentrei ao Plenário e logo em seguida tive que sair, até porque não tinha nenhuma matéria importante para ser votada. Mas enquanto estive presente, tudo transcorreu na mais perfeita ordem.

De repente, fui surpreendido na minha cidade de Pinhalzinho com um telefonema da Assembléia Legislativa dando conta de um pronunciamento do Líder do PT, Deputado Pedro Baldissera. Fiquei surpreso, primeiramente, Srs. Deputados, por um Parlamentar usar algumas expressões com maldade, com o intuito, de certa forma, até de levantar falso testemunho.

Então, fiquei surpreso, primeiramente, por ser um Deputado, em segundo, por ser um padre, porque enquanto Deputado não deixa de ser padre. Ou deixa de ser? O homem que diz que abre o seu coração para falar o que pensa e o que sente, tem que ter certeza do que está falando.

Ao tomar conhecimento dos fatos, evidentemente que comuniquei às pessoas da minha comunidade que foram de certa forma ofendidas, diga-se de passagem. Várias instituições e entidades do Município de Pinhalzinho foram de certa forma ofendidas pela manifestação do Líder do PT, Deputado Pedro Baldissera, o padre, que não poderia ter feito o que fez com a nossa sociedade.

Mas quero até recuperar trechos do seu depoimento, do seu pronunciamento, tentando justificar, como disse o Deputado Antônio Ceron, não admitindo que o Governo Federal tem membros que integraram este Governo envolvidos num mar de lama, tentando justificar a corrupção praticada por alguns integrantes ou ex-integrantes do Governo.

Diz a regra que para quem não sabe jogar a maior defesa é o ataque, mas quando o ataque é burro, é a pior defesa. Pois em dado momento o Líder do PT, o homem representante de Deus, da igreja de Deus, comete um pecado e diz o seguinte: "Neste mesmo sentido quero informar neste momento a esta Casa que na cidade de Pinhalzinho nós temos uma investigação, por parte da Polícia Federal, em torno de um Parlamentar, acerca de uma rifa beneficente feita naquela cidade.

Dentro da posição que adotamos na Liderança, não podemos em hipótese alguma acusar todos, porque está sendo investigado um Parlamentar do PFL. Por causa disso não posso condenar todos os Parlamentares do Partido da Frente Liberal e dizer que todos têm a mesma atitude."

Qual seria a atitude? Que atitude é essa, se aqui fala de uma investigação da Polícia, de algo fraudulento?

Quero dizer ao nobre Parlamentar, Líder do Partido dos Trabalhadores, que, de acordo com a sua manifestação, teria sido praticada uma fraude na cidade de Pinhalzinho, mas que se lhe faltou coragem talvez para afirmar o nome e o sobrenome, eu tenho coragem de dar nome e sobrenomes, desde que tenha certeza daquilo que estou falando.

Fico muito preocupado e um pouco triste quando isso parte não apenas de uma Parlamentar, mas de um padre.

Diz o VIII Mandamento: Não levantar falso testemunho. Isso é pecado. Do IX Mandamento falarei amanhã, nobre Deputado Pedro Baldissera, com provas, fotografias e indícios de que um padre do Oeste catarinense, homem público, praticou pecado, pelo menos há indícios de que tenha praticado o pecado do IX Mandamento.

Amanhã eu falarei nele e não farei insinuações. Trarei documentos para mostrar os indícios do pecado do IX Mandamento, que V.Exa. sabe muito bem. De acordo com o VIII, V.Exa. pecou - levantou falso testemunho, sem ter certeza do que estava falando.

Diante dos fatos, estou apresentando dois requerimentos a esta Casa.

Na minha forma de fazer política, austera e de cobrança, jamais mudo uma curva. E quanto a qualquer acusação, envolvendo porventura, o meu nome, tenho a honrabilidade e a vergonha na cara de dar nome e sobrenome, não uso indícios baseados em bilhete anônimo.

Não se sabe se é de Chapecó - até pelas eleições municipais, as pesquisas estão colocando o PT numa sala justa - ou quem sabe partiu de Pinhalzinho, mas que pode ser simpatizante do PT, pode, deve ou é, pois senão não seria o Líder do PT que faria tal insinuação maldosa contra várias entidades do Município de Pinhalzinho, que estão chocadas com a manifestação de um Deputado, insinuando contra a seriedade de uma sociedade como um todo.

A sociedade está perplexa, Deputado Antônio Ceron.

Requerimentos que eu apresento nesta oportunidade: o primeiro deles, resumindo, requerimento encaminhado, através desta Casa, à Sociedade Hospitalar Beneficente do Município de Pinhalzinho, solicita informações acerca do evento Festa da saúde e Ação entre amigos, que culminou com o sorteio de 10 prêmios no dia primeiro de janeiro de 2004.

Queremos saber de que forma foi realizado o referido sorteio; qual foi o local onde foi efetuado o referido sorteio; quantos e o nome de cada fiscal que participou deste sorteio; qual a relação das pessoas que foram contempladas nesta promoção; como a entidade tomou conhecimento de denúncias, de supostas fraudes, as informações anônimas, as denúncias anônimas e quais foram as providências tomadas pela entidade.

Sr. Presidente, encaminhamos um outro requerimento à Procuradoria da República, para saber qual denúncia que paira sobre membro deste Poder Legislativo, referente à realização de uma rifa promovida pela Sociedade Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho: qual a autoria da denúncia em nome do acusado; quais as providências tomadas pela Procuradoria da República em relação ao caso que eu estou mencionando, nesta oportunidade.

Eu tenho todo o cuidado possível de nunca usar da tribuna para levantar falso testemunho e pecar a Deus, como fez o Líder do PT, que acumula a função de padre. Trai Cristo nas suas manifestações. Quem faz a denúncia tem que dar nome e sobrenome, Deputado Reno Caramori. Quem denuncia tem que ter certeza do que está fazendo, tem que dizer: eu fiz! O PT tem que ter coragem de dizer: nós fizemos!

Agora, esconder-se diante de um bilhete anônimo, é um ato covarde, hipócrita, de quem quer correr da responsabilidade.

Mas hoje quero dizer a todos que, ao invés de levantar uma denúncia leviana, trago aqui a decisão nº 2.989/2003, do processo em relação ao Governo Municipal de Chapecó, que determina a citação do Sr. Prefeito Municipal Pedro Uczai, nos termos da Lei Complementar 2.202/2000, para o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado, Registro Interno, apresentar alegações de defesa quanto às acusações de desvio de recurso público da Prefeitura de Chapecó.

Acusação de desvio de recurso público, com nome e sobrenome. Não é uma acusação leviana. Isto consta da decisão 2.989/2003. E aqui nós temos uma série de itens que eu posso trazer amanhã com mais detalhes, para não cometer nenhum pecado, Deputado Joares Ponticelli, para não cometer injustiça de acusar falsamente alguém.

Trarei dados da acusação de desvio de dinheiro público da Prefeitura Municipal de Chapecó, onde o PT governa. Vou trazer com detalhes amanhã para não cometer nenhuma injustiça.

Sobre o IX Mandamento falo amanhã - não cobiçar a mulher do próximo -, com documentos. Há indícios de que um padre do PT, do Oeste catarinense, e político, possa ter praticado o pecado do IX Mandamento.

Amanhã eu volto, tenham certeza V.Exas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje quero falar sobre um dos maiores eventos da história deste País, que foi o 14º Quilômetro de Arrancada, Deputado Ronaldo Benedet, realizado no Arroio do Silva.

Deixarei para falar amanhã ou em outra oportunidade, baseado naquilo que ouvi o Sr. Deputado Joares Ponticelli colocar neste Plenário.

Deputado Joares Ponticelli, a Polícia de Santa Catarina é honrada. V.Exa. não vai desmoralizar a Polícia de Santa Catarina, como está fazendo aqui na tribuna. V.Exa. não tem poder de desmoralizar a Polícia de Santa Catarina, uma Polícia honrada, que tem trabalho 24 horas por dia nas ruas, para poder atender nossa sociedade, fazendo um trabalho sério, um trabalho responsável, um trabalho de segurança à sociedade.

E quem está ouvindo o Deputado Joares Ponticelli só escuta que é irregularidade aqui no concurso, que é irregularidade ali.

Então, a Polícia toda está comprometida. Não é verdade de V.Exa. O Governo que assumiu Santa Catarina é um Governo que tem passado, que tem história, que tem mais de 30 anos de vida pública, que não deixa em nenhum lugar onde passa uma pequena mancha. E V.Exa. quer jogar para a sociedade fatos e mais fatos que não comprovam, que não são verdade, que não são verídicos, que são mentiras deslavadas.

Deputado Joares Ponticelli, queria falar do Deputado Genésio Goulart, que lá, para discutir os convênios... É memória curta. Ele quer discutir subvenção social dos convênios da Prefeitura.

O Deputado Joares Ponticelli, com tantos e tantos convênios para subvenção social, para uma parte, para uma entidade ou outra, ele confunde com convênio as Prefeituras Municipais.

Hoje a Prefeitura de Tubarão, Deputado Joares Ponticelli, está realizando asfalto graças ao Deputado Genésio Goulart, que abriu mão, que ajudou, que contribuiu, senão, ela não teria como fazer obras como não fez até há poucos dias.

Então, o nosso Governo é um Governo diferente. Um Governo transparente, um Governo que Governa para Santa Catarina. Não é um Governo que Governa para meia dúzia. Não é um Governo que Governa para um Partido, não é um Governo que monta um show de bilhões para poder tentar administrar Santa Catarina. Aquele tempo é um outro tempo que já passou. Hoje, é um Governo moderno, um Governo diferente, um Governo que abriu mão da caneta, que se entregou à sociedade.

E hoje podemos dizer o seguinte: no ano passado, quantos milhões foram investidos no Sul do Estado? Só no Vale do Araranguá foram 14. Agora, faz idéia, este ano, nas Secretarias! A minha tem 26 milhões, e tem a de Criciúma e a de Laguna. Dá para fazer uma idéia de quanto vai ser investido naquela região. E quem é que disse o que vai ser investido? Foi a população, foi o Conselho, foi a audiência pública, foi a população. Não é escolhido em quatro paredes onde é que vão botar, como é que vão botar. Acabou isso.

Acabou o desgoverno em Santa Catarina, acabou aquela peça que mentia, que enganava o povo de Santa Catarina. E V.Exa. fez parte dele, como Líder da Bancada. Sabe-se que o povo deu na urna o troco. E agora no desespero vem aqui fazendo acusações de toda ordem. Chegar a mexer no brilho da Polícia de Santa Catarina, da Polícia Militar e da segurança pública?!

Não podemos ficar de braços cruzados e aceitar esse tipo de crítica, de críticas que não contribuem, que desmoralizam uma categoria que é fundamental, que é honrada aqui no nosso Estado, que é a nossa Polícia.

Por essa razão, eu vim aqui para falar da questão da corrida de caminhão e não pude, não deu, não consegui falar. Mas eu vou ter tempo suficiente.

Então, Deputado Joares Ponticelli, querer comparar o Governo de V.Exa. com o Governo atual é querer comparar um dia de chuva com um dia de sol, é querer comparar um dia de sol com uma noite sem estrelas, evidentemente.

Essas coisas a sociedade está analisando com profundidade, ou seja, aqueles que estiveram com a caneta na mão, que enganaram a população e que não realizaram, Deputado Herneus de Nadal, e aqueles que têm coragem de entregar a caneta à população para fazer um governo moderno, uma coisa nova, um governo novo. O dinheiro é do povo, e é o próprio povo que participa nos seus investimentos.

Então, por essa razão é que não podemos ficar de braços cruzados, ouvindo o que ouvi e deixando passar em branco.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo o aparte a V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Agradeço a compreensão e deferência da nobre colega, Deputada Odete de Jesus.

Deputado Manoel Mota, a proximidade do pleito eleitoral faz com que a veemência e também as manifestações mais contundentes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental).

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PP.

Solicito ao Sr. Líder que nos comunique quem fará o uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, fará uso da palavra o Sr. Deputado Celestino Secco.

Antes, porém, gostaria de solicitar um minuto do tempo do nosso Partido para dizer, para restabelecer a verdade. O Deputado Manoel Mota veio aqui fez uma gritaria, dizendo que nós agredimos a Polícia Militar. Não, V.Exa. não ouviu direito, Deputado Manoel Mota.

Nós dissemos exatamente o contrário, ou seja, que os Comandantes do PMDB estão arranhando a imagem da Polícia Militar de Santa Catarina. Quem fez o concurso fraudulento e corrupto que está sendo anulado pelo Governador, a mando do Ministério Público, não foram os policiais nem os oficiais, foram os Comandantes designados pelo PMDB, pelo seu Partido. Seu Partido está envergonhando, está arranhando, está maculando a imagem da Polícia Militar de Santa Catarina.

Eu disse e repito, a Corporação é briososa, respeitosa e está envergonhada de bordel e agora de concurso fraudulento. É uma vergonha, Deputado Manoel Mota, o Comando da Polícia Militar, que vocês colocaram, está, infelizmente, arranhando a imagem de uma instituição séria. Respeitem essa Corporação que merece o nosso respeito, pois o seu Governo do PMDB está maculando, infelizmente.

Muito obrigado!

SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estive ausente deste Plenário na semana que passou, ausência esta devidamente justificada pelo meu Líder, Deputado Joares Ponticelli.

Daqui não quero fazer ressurgir, Deputado Nilson Machado, a cena e a litania que, penso eu, o processo produziu e que tem a discordância da empatia pessoal.

Eu não quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e não desejo fazer qualquer julgamento, mas eu me sinto impulsionado à expressão de juízos de valor. E quando se fala em juízos de valor, Sr. Presidente, até para defesa do Parlamento e do Parlamentar, eu não acredito e não quero crer que o cenário se produziu para se encontrar um patrocinador ou um patrocínio daquela circunstância.

Eu tenho, pela minha formação, convicção absolutamente pessoal do necessário respeito que se deva ter da autoridade pública, legítima e democraticamente constituída.

Deputado Genésio Goulart, se fora o Vereador do Partido Progressista, na cidade de São Paulo, a projetar a galinha contra a Prefeita Marta Suplicy, eu não sei se haveria tão rapidamente a exploração no jornal da Assembléia Legislativa, com risos irônicos, que volto a dizer, de uma cena que se produziu - e sobre ela não faço juízo de valor -, mas se fosse um Vereador, Deputado Reno Caramori, que tivesse assim produzido, se o comportamento, até de integrante da Mesa, teria sido desta forma.

Eu sou contra o ato porque entendo que Marta Suplicy é legítima e democraticamente a autoridade constituída do Município de São Paulo. E por esta condição, o que representa a vontade da maioria, deve e precisa obrigatoriamente do respeito de todos, mesmo daqueles que não compartilham do mesmo Partido Político, do mesmo processo ideológico, da mesma agremiação constituída.

Eu posso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, discordar, como discordo, e discordo muito, e já na próxima semana vou apontar inúmeros equívocos, informações distorcidas, para não usar a expressão de pouco compromisso com a verdade do Governador Luiz Henrique da Silveira.

Posso discordar, discordo, e vou apresentar as razões das discordâncias, mas isso não me dá o direito de lhe faltar com o respeito e de lhe retirar a dignidade do cargo.

Por isso, Deputado Nilson Machado, vim a esta tribuna para dizer de novo que não quero fazer absoluto julgamento, mas me imponho o dever de companheirismo e digo que a cena sobre quem se produziu a Prefeita Angela Amin, pelo respeito que entendo à dignidade constituída e porque V.Exa. sabe que nos últimos quatro anos, do ponto de vista de gestão pública, ela colaborou com mais de R\$150.000,00 com o extraordinário trabalho social e educacional de V.Exa.

Eu tinha o dever de, na condição de colega, amigo e companheiro partidário da Prefeita, vir aqui fazer esta minha manifestação.

Eu não posso, evidentemente, me calar quanto ao assaques não apenas de V.Exa., mas de muitos integrantes do Parlamento, que, ou calados ou de forma agressiva, pelo riso irônico, e ela também assacaram, porque foram os eleitores de Florianópolis que lhe deram dois mandatos. E foram os florianopolitanos, mesmo aqueles que nela não votaram, que lhe deram cinco títulos de melhor Prefeita do Brasil.

Não só o sentido de respeito à dignidade do cargo, à pessoa humana, leva-me, neste momento, a delimitar para a minha consciência pessoal maiores comentários, maiores dilações. Mas os indicadores de desempenho, de responsabilidade pública, de caráter, de dinamismo divergem, sem sombra de dúvida, daqueles que querem impingir à Prefeita de Florianópolis um desempenho menos eficiente ou uma postura moral inexistente. São muitos indicadores, Deputado Antônio Carlos Vieira, e até poderia aqui citar e apontar indicadores no campo da infra-estrutura com enormes trabalhos realizados, quer do ponto de vista da redefinição dos aparelhos urbanos, quer do ponto de vista do aperfeiçoamento da infra-estrutura da cidade como um todo. Indicadores como as premiações da Unesco, da Unicef, do prêmio Mário Covas, de tantos prêmios colocados para os extraordinários indicadores no campo da saúde, com uma substantiva, eu diria até drástica, redução da mortalidade infantil, com o programa Capital Criança, reconhecido pela Unicef como um dos melhores programas de gestão pública já implementados na administração pública municipal brasileira.

Extraordinários indicadores de educação, eliminando-se repetência escolar, eliminando-se evasão escolar, do sentido absolutamente democrático introduzido para a administração escolar, com escolha da sua direção pela comunidade escolar. Mas mais do que isso, a Prefeitura Municipal capacitou os vencedores para o melhor exercício da função pedagógica administrativa e disciplinar. Indicadores econômicos, Deputado Antônio Carlos

Vieira. V.Exa., que teve a oportunidade de servir como Secretário de Finanças da Prefeitura, deve saber como estavam as finanças e como, neste momento, se encontram, de absoluto equilíbrio, com o pagamento dos fornecedores e a folha dos servidores rigorosamente em dia.

Por todas estas razões, e não apenas por um mecanismo de lealdade partidária, mais do que isso, por lealdade. Em princípio aqui vim, sem ofender quem quer que seja, sem fazer julgamento a quem quer que seja, apontar que o Parlamento precisa sempre, e todos os dias, apontar equívocos e não condenar ou menosprezar, por respeito à autoridade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Rodrigues - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Apenas quero fazer uma correção, na minha manifestação, e os meus Colegas me deram esta contribuição. Talvez pelo calor do desabafo feito, usei a expressão, em alguns momentos do meu pronunciamento, "testamentos".

Assim sendo, quero fazer essa correção e dizer às nossas taquigrafas que esta palavra tem de ser substituída pela palavra "mandamentos". Eu cometi este equívoco quando eu abordava a questão de alguns assuntos que vamos trazer, amanhã, novamente para o Plenário da Assembléia Legislativa.

Então, peço que seja substituída a palavra "testamentos" por "mandamentos".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Dionei Walter da Silva, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós, na verdade, estamos inscritos no horário dos Partidos Políticos, no dia de hoje, para falar sobre o tema da Comissão Especial criada no Congresso Nacional para acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude no nosso Brasil.

Esta Comissão foi criada, ano passado, no Congresso Nacional, e numa articulação com a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina estamos participando das audiências regionais. Serão cinco no Estado de Santa Catarina para discutir esse tema, culminando com a proposta de um plano nacional de políticas públicas para a juventude e uma proposta de um estatuto para o jovem no Brasil.

Na verdade, Deputado Pedro Baldissera, eles criaram, no Congresso Nacional, dentro dessa Comissão, seis grupos de trabalho que estão desenvolvendo temas específicos. O primeiro, com um tema específico, discute sobre o jovem, o esporte e o lazer. O segundo discute o jovem e o trabalho. O terceiro discute o jovem, a educação e a cultura. O quarto discute o jovem, a saúde, a sexualidade e a dependência química. O quinto discute o jovem, a família, a cidadania, a consciência religiosa, a exclusão social e a violência. E o sexto grupo discute o jovem como minoria deficiente afro-descendente, a mulher, o índio, o homossexual, o jovem do semi-árido e o jovem rural.

Além disso, foi criada, já no dia 13/07/1993, a Semana Nacional do Jovem. Foi também constituída uma comissão para fazer uma viagem de estudos para estudar a legislação dos jovens em outros países, constando inclusive do relatório de Portugal, da Espanha.

Foram criados também os encontros estaduais que serão efetivados após a realização dessas audiências regionais em cada Estado do Brasil e, por fim, então, foi criada a grande Conferência Nacional da Juventude para a discussão e a implementação dessas propostas construídas no modelo do Governo popular, no modelo de participação e de mobilização.

Participamos de uma reunião, no último sábado, na cidade de Rio do Sul - eu era o único representante da Assembléia Legislativa que estava presente -, ocasião em que percebemos a motivação da juventude presente, pela primeira vez sendo ouvida, sendo parte da construção de um projeto que vem, de uma vez por todas, colocar o jovem como centro da discussão das políticas públicas de governo.

Nós sempre ouvimos a velha frase de que o jovem é o futuro do Brasil. E isso não é verdade. O jovem só será o futuro do Brasil se ele for o presente. Se no presente nós tivermos políticas públicas de inclusão desses jovens, de geração de emprego, de capacitação, de educação formal para esses jovens, de saúde, de cultura e de tantas e tantas outras questões que envolvem a vida dos jovens.

Como pré-proposta, já discutida no Congresso Nacional, temos uma que propõe a criação do Conselho Nacional da Juventude, inspirado no modelo de Conselho da Juventude da Espanha, e outra que propõe a criação de temas específicos para o Instituto Brasileiro da Juventude, que é uma criação de um instituto vinculado à Presidência da República, com o objetivo de propor políticas públicas voltadas para a juventude e coordenar as ações juvenis nas diferentes esferas de governo, bem como acompanhar os projetos em desenvolvimento nos Ministérios e órgãos oficiais, apoiando inclusive associações juvenis nos aspectos jurídicos, sociais, educacionais e culturais.

Este instituto com programas específicos para a juventude na área da educação e cultura, na área do trabalho, procura, aos poucos, no nosso País, retardar a entrada do jovem na atividade econômica, a fim de que ele possa cursar o ensino público regular até a conclusão do ensino médio de educação superior ou educação profissional, por meio de bolsa-trabalho ao estudante, a exemplo de programas desenvolvidos na cidade de São Paulo, em que os jovens permanecem na escola e prestam serviços comunitários, entre outras propostas. Cada item tem toda a sua explicação.

O terceiro tema tão específico dentro da área do esporte e do lazer para esses jovens diz respeito a um estudo estatístico acerca da educação física e dos esportes, à criação no orçamento do Ministério dos Esportes núcleos protegidos contra o contingenciamento para que essas políticas específicas para a juventude se efetivem, independentemente conjunturas.

Na área da saúde também temos uma série de definições, como criar espaços específicos para atendimento de jovens, de adolescentes de unidade de saúde, enfatizar o trabalho conjunto com a escola e a família para a prevenção, na maioria dos agravos, à saúde dos jovens e tantas outras questões.

Com relação à questão da cidadania, precisamos preparar os nossos jovens para a vida em sociedade; dar capacitação profissional aos educadores, preparando-os para lidar com os jovens, com a diversidade; criar espaços e debates nas escolas para incluir os jovens nas discussões dos temas centrais da vida do Brasil.

Promover capacitação das pessoas que atuam nos conselhos tutelares, para que efetivamente cumpram o Estatuto da Criança e do Adolescente dentro das políticas públicas na área específica; promover apoio psicológico ao jovem e à família que têm dificuldade de lidar com questões relacionadas à opção sexual; combater a discriminação pela opção sexual dos jovens.

Quanto às pessoas portadoras de deficiência, fomentar a oferta de empregos, garantia de renda, conceder passe livre em transportes coletivos, etc.

Para os afrodescendentes, lutar e continuar lutando para a efetivação das cotas de acesso a universidades e ao serviço público; criar centros de referência e de apoio a essa comunidade e criar estímulos para que as empresas públicas e privadas adotem medidas de promoção racial.

Para o jovem rural, disseminar programas de capacitação e formação profissional; garantir o direito do jovem agricultor à terra; garantir o financiamento para a produção, linhas de crédito, acesso a cursos, implantação de programas de estímulo à agroecologia, produção orgânica, etc.

Na área indígena, assegurar o direito dos índios jovens quanto à educação e à preservação da sua cultura.

Garantir a autonomia das escolas indígenas e incentivar programas de intercâmbio entre as diferentes culturas.

Implantação também de parâmetros curriculares para a educação indígena.

Na questão do Meio Ambiente, propor programas que intensifiquem as relações sócio-ambientais e propor melhor qualidade de vida a todos os jovens.

Criação de conselhos jovens em todos os Municípios brasileiros para preservação do meio ambiente.

Programas de preservação ambiental em todas as escolas do nosso País.

O grande diferencial neste Governo e nessas propostas de políticas públicas está no sentido de nós proporcionarmos aos jovens a efetiva participação na elaboração desses projetos.

Começamos em Santa Catarina, na sexta-feira, na cidade de Lages, onde houve a conferência sobre a participação dos jovens na discussão e elaboração de propostas.

No sábado, estivemos em Rio do Sul, onde tivemos a participação dos jovens de toda aquela região, e no próximo sábado estaremos na cidade de Joinville - a Assembléia Legislativa e o Congresso Nacional - discutindo com os jovens de toda aquela grande microrregião do Norte e Nordeste do Estado de Santa Catarina, das 9 às 17h, no prédio da Univille, o tema juventude, propostas de um estatuto de políticas públicas para a juventude. Então, é importante a participação.

Nós precisamos, nesta mesma esteira, comprometidos com a causa do jovem e com a importância do ensino superior na vida dos jovens, fazer uma grande mobilização, Deputado Reno Caramori, pela derrubada do veto à proposta de alteração do art. 170 da Constituição Estadual, de autoria do nobre Deputado Paulo Eccel.

Nós apresentamos, hoje, o relatório na Comissão de Constituição e Justiça pela derrubada do veto, e lamentamos, naquela oportunidade e também na reunião que fizemos no plenário, semana passada, a atitude do Governo de não participar do projeto, das discussões durante o ano passado. E neste ano, segundo o parecer da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, poderá ser feito um substitutivo global.

Então, quem quer participar, quem quer discutir, quem quer apresentar substitutivo, mas não participa durante as discussões e durante as diversas audiências públicas que ocorreram no ano passado sobre o tema, no meu entendimento, não está querendo construir.

Quem quer construir está junto no processo, está propondo alterações e está discutindo o tema, e essa discussão ocorreu durante todo o ano passado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Dionei Walter da Silva, quero cumprimentá-lo pelo assunto tão importante que V.Exa. aborda dessa tribuna e dizer da minha indignação, desde o início em que foi apresentado, altamente discutido, num tempo bastante hábil, quando vi aportar, nesta Casa, um veto àquele projeto.

Durante a campanha eu discuti muito o art. 170, porque no Governo do falecido Kleinübing, nós também tomamos a iniciativa de regulamentar o art. 170, dentro de um critério técnico e que realmente contemplasse os alunos necessitados.

Eu quero manifestar a minha indignação pelo fato de durante a campanha ter assistido tantas promessas do atual Governo e, de repente, aporta, nesta Casa, um veto nesse sentido.

Os Parlamentares desta Casa têm que pensar, pois tenho certeza de que todos eles optaram pela mesma opinião de quem propôs o projeto, até pelas discussões que foram feitas nesta Casa, nas audiências públicas, e agora nos encontramos aqui, num impasse, que é o problema do veto. Portanto, sou companheiro nesse pleito e tenho certeza de que os demais 38 Deputados têm o mesmo pensamento.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço a V.Exa. pelo aparte.

Nós, juntamente com os demais Deputados interessados na derrubada deste e de outros vetos, estaremos fazendo as nossas mobilizações. É importante a união em torno deste tema, porque o art. 170 nada mais é do que se permitir que mais jovens, hoje, excluídos do processo da educação, possam estar participando, possam estar estudando, desenvolvendo e mudando inclusive a sua condição de vida, a partir do curso superior.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Enquanto o Deputado João Paulo Kleinübing se prepara para a sua manifestação, a Presidência quer anunciar aos Srs. Deputados que hoje é aniversário do Deputado Ronaldo Benedet.

Em nome da Presidência e de todos os Deputados, aproveitamos para felicitá-lo, desejando-lhe muitos anos de vida e muita saúde, Deputado Ronaldo Benedet.

Com a palavra o Deputado João Paulo Kleinübing, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Também queremos cumprimentar o Deputado Ronaldo Benedet e saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

O assunto que me traz, hoje, à tribuna desta Casa diz respeito àquilo que já vínhamos discutindo na semana passada, especialmente na última sessão, que é a de quinta-feira, quando fazíamos o nosso discurso. Nós, do PFL, cobrávamos do Partido dos Trabalhadores coerência com relação à sua história; coerência com relação ao seu passado; com relação às posições que foram uma vez defendidas e que hoje no Governo parece que foram absolutamente esclarecidas e substituídas pelas mais sórdidas práticas políticas de compra e aliciamento de Parlamentares, técnicas para abafar os legítimos instrumentos democráticos como as Comissões Parlamentares de Inquérito, que são instrumentos da minorias, no sentido de garantir que as investigações aconteçam, que têm por objetivo fortalecer a própria atividade democrática.

O PT, que vinha se comportando no passado como o grande pregador, o grande arauto da moralidade, da ética, na verdade, vai caindo dia-a-dia na sua própria contradição, nas suas próprias palavras.

Para ilustrar, Deputado Paulo Eccel, que já está postado ao microfone de aparte, vou ler não as minhas palavras, porque certamente o Deputado Paulo Eccel dirá que se trata de má vontade da Oposição, mas a quase totalidade de um artigo que foi publicado na Folha de S.Paulo, no dia 29 de março do ano 2000, e republicado, na última sexta-feira, de autoria de ninguém mais ninguém menos do que o Primeiro Ministro deste Governo José Dirceu, onde ele faz uma defesa das CPIs, nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Salta a vista o absurdo da lógica palaciana. O Executivo pode investigar, o Judiciário e o Ministério Público também podem, mas o Legislativo não. A verdade nua e crua é simples: a CPI tem poderes que desvendam a corrupção, prova e aponta os responsáveis. Daí o temor e o medo do Governo e do Presidente desta CPI chamada 'da corrupção pelo povo.

Os outros argumentos governistas são risíveis, dá dó. 'Trata-se de manobra da Oposição, com objetivos eleitorais', 'desestabilizar a economia', segundo o inefável Pedro Malan.

A pobreza dos argumentos do Governo é tanta que até o risco de uma crise institucional veio à tona. Quanto à economia, até as pedras sabem que a crise nada tem a ver com a CPI e sim com a política econômica dos seis anos do tucanato com a nossa dependência externa e os problemas dos Estados Unidos primeiro e na Argentina depois.

Com relação à crise política e aos riscos de uma crise institucional, se existem, a responsabilidade é do Governo e dos três Partidos que compõem a sua base de apoio, que não se entendem e estão se acusando mutuamente de corrupção.

A oposição, em particular o PT, cumpre o seu papel e a sua obrigação de fiscalizar, denunciar e exigir a apuração, usando o único instrumento que a Constituição nos dá: a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nenhuma CPI acabou em crise institucional ou abalou a nossa economia. Pelo contrário, CPIs evitaram uma grave crise no caso Collor, e nada pior para a economia, principalmente, para o povo, do que a corrupção, basta ver o caso do malufismo em São Paulo, malufismo, hoje, que é aliado do Presidente Lula.

A desfaçatez do tucanato é tal que querem arrastar o PT para o mar de lama que estão metidos até o pescoço e começam a pedir CPIs contra nossos governos para desviar a atenção de Brasília e do Governo FHC, usando a velha tática canalha de tentar convencer a sociedade de que todos são corruptos.

A outra tática só vem a confirmar a necessidade da CPI: é que agora a imprensa noticia de que o Governo FHC está aliciando Parlamentares e Partidos oferecendo Ministérios e liberando verbas orçamentárias, práticas usuais deste Governo, e uma das principais causas da corrupção no País.

O PT não deve e não teme e vamos continuar mobilizando a sociedade e lutando pela CPI, que é um direito e um dever da Oposição, que tem o apoio da maioria do nosso povo.

Quanto ao Congresso Nacional e aos Deputados e Senadores de todos os Partidos, eles é que sabem o que fazer, o povo fará a CPI agora ou em 2002, nas urnas."

Este artigo profético, Deputado Afrânio Boppré, tem praticamente quatro anos, e não se vê nessas palavras do Deputado José Dirceu, hoje Ministro da Casa Civil, absolutamente nada das suas práticas na chefia da Casa Civil, atualmente, sendo o mais importante Ministro deste Governo, quando ele se vê envolvido em uma CPI, quando se vê envolvido em denúncias de corrupção.

Onde está este PT, esta é a pergunta que eu quero deixar aqui formulada, que queria e que defendia a apuração das CPIs? onde está este PT que queria ver os fatos apurados no Congresso Nacional, que denunciava as práticas de aliciamento de Parlamentares e das técnicas de abafar a CPI?

Parece que foi abolido pelo Governo, e já não se lembra mais daquilo que disse, daquilo que escreveu, mas feliz ou infelizmente, os jornais têm memória, nós temos memória e este artigo ficará eternamente guardado e será um símbolo da diferença do que é um Partido do Governo, do que é um Partido de Oposição.

O Senador Jefferson Peres, num discurso inspirado, na metade de fevereiro, logo na reabertura do Congresso Nacional, no Senado Federal, fez um discurso emocionado dizendo que o PT que ele havia conhecido estava sendo enterrado naquele dia, na operação de tentar abafar a CPI.

Ora, como muito bem diz o Ministro José Dirceu, na época Deputado, o PT não deve e não teme. Se não deve e não teme, não tem por que querer evitar a CPI, utilizando os argumentos de que fará mal à economia, de que provocará uma crise institucional. É esta a coerência que nós queremos ver. E esta decepção não é apenas a decepção de nós, Parlamentares, mas é a decepção, na verdade, do povo brasileiro com aquilo que está acontecendo no País.

O País precisa muito de um bom Governo, da retomada da economia, da geração de empregos e ver devolvida a esperança que lhe foi tirada neste ano de 2003, no ano em que o desemprego aumentou, no ano em que pela primeira vez em 11 anos o PIB brasileiro decresceu e houve uma concentração de renda que não acontecia nos últimos anos da história.

É esta realidade que nos cabe mudar e isso lembra-me, Deputado Paulo Eccel, um famoso sermão do Padre Antônio Vieira sobre a arte de pregar, no qual ele dizia: "Pregar é muito mais do que repetir, do que falar; pregar é realmente transformar em ação aquilo que se está dizendo".

E o que nós estamos vendo é que o PT, que se dizia o grande empregador nos últimos 20 anos, na verdade não é um bom empregador porque é incapaz de transformar as suas palavras em ações.

Era esta a grande mensagem daquele sermão do Padre Antônio Vieira que quero retomar aqui, pedindo que nós tenhamos desta vez não apenas pregadores, mas pessoas que possam transformar suas palavras em ações.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Lamentavelmente, esta postura não tem sido a prática de outros Parlamentares da sua Bancada. Mas eu lhe parabenizo pela iniciativa.

Quero lhe dizer onde está o PT, embora V.Exa. saiba que dentre outros lugares o PT está em Blumenau, preparando-se para ganhar novamente a Prefeitura em 2004; o PT está presidindo a Assembléia Legislativa com uma administração austera e competente; o PT está no Governo Federal, com a desenvoltura que o Governo apoiado por V.Exa. não teve até o ano de 2003, quando não conseguia aprovar absolutamente nada; o PT está se preparando em todos os Municípios brasileiros para ser a grande novidade nas eleições de 2004.

V.Exa. sabe disso e sei que muito do que V.Exa. fala está dentro de uma estratégia do PFL de querer atrapalhar a entrada da bola da vez no gol das urnas de 2004.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte!

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Deputado, como disse o Deputado José Dirceu, o povo fará a CPI agora ou nas urnas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a Sra. Deputada Simone Schramm, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que teve a sua passagem no dia 8 de março.

Por muitas vezes fui argüida pelos homens do porquê do Dia Internacional da Mulher. Então, venho hoje a esta tribuna fazer uma homenagem às Deputadas, às funcionárias desta Casa e a todas as mulheres catarinenses pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

No dia 8 de março 1857, 130 operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica para reivindicar a redução de horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias recebiam, por 16 horas, menos de 1/3 do salário dos homens. As portas da fábrica foram fechadas e elas morreram queimadas.

Em 1910, numa Conferência Internacional de Mulheres, realizada em Dinamarca, foi decidido em homenagem a estas mulheres, comemorar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Então, foi esta tragédia que levou à comemoração, no dia 8 de março, do Dia Internacional da Mulher.

Acreditamos que estamos vivendo um momento único na história. Nunca a participação feminina na sociedade foi tão expressiva, mas o cenário que se desenha para o mundo do Século XXI não nos leva a fazer deste assunto uma discussão de gênero. A questão é de princípio.

Espalha-se pelo mundo uma atitude cooperativa. Estamos assumindo, sim, de forma consciente, a ideia de que somos todos um, o que vem inspirando sentimentos como respeito, solidariedade e compaixão. Em tudo isso vimos, sim, o princípio feminino em ação, atribuindo-nos, de uma forma, inteligência. E temos a convicção, Deputada Ana Paula Lima, que desta forma faremos deste mundo um lugar melhor para vivermos.

Então, acredito que a mulher deste século galgou o seu espaço através da sua determinação, da sua ousadia, da sua intuição e da sua sensibilidade.

Não abrimos mão, de forma alguma, da nossa condição de mãe na educação dos nossos filhos, da condição de companheira e de esposa, da nossa responsabilidade profissional na atividade que exercemos com responsabilidade, com dedicação, e também em muitas atividades voluntárias que exercemos junto a nossa comunidade.

Temos muitos bons exemplos femininos no mundo de hoje, temos grandes vitórias, mas temos ainda muita discriminação na questão do mercado de trabalho e na ocupação de cargos. Há ainda a violência contra a mulher, mas eu acredito que nós estamos compartilhando, lado a lado, homens e mulheres, como fazemos em nossas casas diariamente, decidindo em conjunto, buscando um mundo melhor para viver.

Neste momento, eu gostaria de chamar o aniversariante de hoje, Deputado Ronaldo Benedet, nosso Líder da Bancada, para que faça chegar às mãos das Deputadas desta Casa uma homenagem do PMDB às mulheres que estão aqui na Assembléia Legislativa, representando a mulher catarinense.

(Procede-se à entrega dos buquês de flores.)

Muito obrigada, Deputado Ronaldo Benedet!

Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria de registrar, com muita alegria, o aniversário do nosso Município de Joinville, que comemora hoje 153 anos.

No domingo, quando estivemos no nosso Município participando de uma festividade em comemoração aos seus 153 anos, tivemos a honra de estar presente na homenagem que o nosso Governador Luiz Henrique da Silveira recebeu quando da entrega da Medalha da Ordem do Mérito Dona Francisca, já que Sua Excelência por três vezes administrou e conduziu Joinville com muita firmeza, com muita dedicação, trazendo grande desenvolvimento àquele Município.

Estavam presentes, além do Presidente Volnei Morastoni, que também prestigiou aquela solenidade, inúmeras pessoas, profissionais liberais, empresários, comemorando e prestando esta homenagem ao Governador Luiz Henrique da Silveira.

Naquela oportunidade, nós pudemos testemunhar e festejar a entrega de inúmeras reformas e a entrega de obras ao cidadão joinvilense. E isto nos trouxe muita alegria, como hoje, pela manhã, também o desfile cívico pela passagem dos 153 anos de Joinville.

Eu quero parabenizar aqui todos os cidadãos joinvilenses, desde os seus colonizadores até os atuais trabalhadores, pois nossa cidade é conhecida como "Cidade do Trabalho".

Tenho certeza de que aos 153 anos, Joinville é o que é pela mão de cada trabalhador, que construiu aquela cidade com líderes fortes, como foi o Dr. Luiz Henrique da Silveira, nosso Governador, como administrador do Município.

No último sábado, pela manhã, prestamos uma homenagem ao ex-Prefeito Luiz Gomes, inaugurando o Centro de Lábio-Palatal, o Centrinho, como homenagem àquele administrador já falecido.

Parabenizo todas as mulheres pela passagem do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e também todos os joinvilenses, que constróem aquela cidade com muita garra, com muita luta, buscando sempre o melhor desenvolvimento e a melhor qualidade de vida para os seus cidadãos.

Aqui estamos, juntamente com os Deputados Nilson Gonçalves, Wilson Vieira e Francisco de Assis, representando, com muita honra, os joinvilenses e levando para aquela terra tudo aquilo que é possível para o seu bem.

Muito obrigada pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Nilson Gonçalves, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu tenho inúmeros assuntos a tratar desta tribuna, mas no dia de hoje, evidentemente, não poderia deixar de dedicar este espaço a nossa Joinville, que completa 153 anos.

Quero agradecer ao Deputado Djalma Berger, que me cedeu o tempo que lhe era destinado no horário do PSDB para que eu pudesse prestar esta homenagem ao meu Município.

Eu gostaria de que ficasse registrado nos Anais desta Casa o editorial do jornal A Notícia, do dia de hoje, que se refere a Joinville e que tem como título: Qualidade de Vida.

Gostaria de que fosse transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa todo o corpo deste editorial, que considero de suma importância e que revela, de maneira muito clara e objetiva, o atual momento que vivemos em Joinville.

"A maior cidade de Santa Catarina comemora neste 9 de março a passagem de mais um aniversário, chegando aos 153 anos de fundação. A data vem sendo comemorada com um calendário de eventos e de inaugurações com a marca de quem persegue objetivos bem definidos, dos quais a melhoria da qualidade de vida vem em primeiro lugar. Investimentos na área da saúde, da educação, do lazer e na ampliação dos serviços públicos constituem referencial nos eventos e inaugurações do poder público, dos quais o novo terminal aéreo, que exigiu inversões de R\$12 milhões, representa um marco para a cidade.

Denominado 'Lauro Carneiro de Loyola', em homenagem a um homem público que nas décadas de 1950 a 1970 muito fez pelo desenvolvimento regional, especialmente na melhoria das condições de infra-estrutura que possibilitaram a continuidade do processo de industrialização, o novo terminal coloca Joinville num outro patamar nos serviços aéreos, tanto de cargas quanto de passageiros.

Com muitos desafios, especialmente na área da profissionalização dos serviços relacionados com o turismo e eventos, na área do ensino e da cultura e no atendimento das carências sociais, Joinville vem perseguindo com exemplar disciplina o primeiro e grande objetivo de toda a comunidade: elevar a qualidade de vida de seus 500 mil habitantes. Neste sentido, o poder público municipal vem conseguindo promover parcerias com a iniciativa privada e estreitar de forma consequente o relacionamento com os Governos do Estado e Federal.

Com a participação de lideranças do mundo empresarial e político, o poder público municipal envida continuados esforços na busca de recursos de fora, seja de Florianópolis ou de Brasília, para o atendimento de múltiplas e sempre urgentes carências locais. Os recursos têm vindo para obras em setores de infra-estrutura, como o novo terminal aéreo, para a saúde, para a educação e até mesmo para investimentos de maior porte, no âmbito da cultura, como o Festival de Dança ou para a Escola Bolshoi.

As mudanças do perfil econômico do Município já se fazem sentir. Daqui para frente os novos empreendimentos e eventos darão maior visibilidade ao novo e significativo patamar de crescimento da cidade. Muitas das condições para os novos tempos de Joinville já estão criadas e certamente nos próximos anos, ainda nesta primeira década do século 21, os frutos serão colhidos pela população. Melhoria da qualidade de vida, cuidados com o meio ambiente, negócios em áreas mais sofisticadas, serviços públicos sempre de melhor qualidade em setores vitais como o transporte coletivo, saúde e segurança mantêm-se como áreas prioritárias, a exigir investimentos vultosos, com o objetivo maior de estabelecer melhores índices de cidadania e desenvolvimento.

Ao chegar aos 153 anos, contudo, Joinville vive um momento feliz, de plena vitalidade e com a auto-estima de sua população elevada. A cidade líder de Santa Catarina pode se orgulhar de manter elevado padrão de vida e de ter perspectivas de continuado crescimento, mantendo, aliás, a tradição de dinamismo e desenvolvimento que remonta aos primórdios de seu processo de colonização, em meados do século 19."

E gostaria, também, de fazer minhas as palavras do Prefeito Marco Tebaldi, que foi muito feliz expressando todo o seu sentimento em relação a Joinville num artigo, publicado também no jornal A Notícia, que eu trago ao conhecimento de V.Exas. e que poderia muito bem ter sido escrito por este Deputado, pois expressa o seu sentimento em relação a Joinville.

(Passa a ler)

"São poucos os Municípios brasileiros que vivem um bom momento. Ao comemorar os 153 anos de Joinville, quem ganha o presente são os cidadãos.

As notícias boas dominaram as últimas semanas, elevando a estima de nossa gente. Grupos empresariais anunciaram investimentos que superam a geração de 2.150 novos empregos, o estádio municipal está em andamento, a tão sonhada recuperação da estação ferroviária já é realidade, o novo aeroporto está pronto e operando, mais vôos serão lançados por novas companhias, as redes de escolas municipais e postos de saúde foram ampliados.

Enfim, são tantas coisas boas que recebemos neste aniversário de Joinville, que nos dão motivos de sobra para comemorar. Joinville também faz uma justa homenagem a uma pessoa especial que há 38 anos dedica sua vida ao desenvolvimento do Município, da região e do Estado. Luiz Henrique da Silveira recebeu a medalha de Ordem do Mérito Dona Francisca, já comentado aqui pela Deputada Simone Schramm. Idealizada pelo Senador Henrique Loyola, a comenda é outorgada às pessoas que se sobressaem em prol de Joinville. E ninguém mais merecedor do que nosso Governador, nosso amigo, líder, mestre e companheiro Luiz Henrique da Silveira.

Na programação, procuramos contemplar de tudo um pouco. Temos obras nas áreas de saúde, educação, geração de empregos, segurança, cultura, shows para adultos e jovens, competições esportivas, parque ambiental para lazer das famílias e dezenas de outras atividades.

É gratificante para todas as pessoas que vivem aqui, em Joinville, e que ajudaram a construir essa magnífica cidade, poder participar desse momento de engrandecimento. Como migrante que cheguei para trabalhar, Joinville me abriu as portas e me oportunizou crescimento. Esta é a terra de oportunidades, como uma grande mãe que abraça seus filhos e os aquece, os acalenta em seu peito.

Cada ano que comemoramos o aniversário da nossa Joinville é motivo para refletir sobre seu crescimento. Este ano contamos com uma boa novidade. Desde novembro estamos implementando o planejamento estratégico do Município. O documento elaborado pela sociedade determina os rumos, as vocações, as diretrizes que a comunidade quer da Joinville do futuro. É nessa estrada que vamos caminhar para planejar e solidificar nosso crescimento. Porém, não podemos esquecer de resgatar e preservar nossas raízes históricas e valores culturais.

Uma cidade se faz principalmente com pessoas. E nesse aspecto estamos priorizando a atenção aos cidadãos, seja com escolas, postos de saúde, pavimentação, habitação popular, fortalecimento da economia, atração de novas empresas para gerar emprego e renda e também oportunizar lazer através de manifestações artísticas e parques de contemplação. Ouso citar nosso Governador Luiz Henrique da Silveira, que sempre pregava: 'Uma cidade sem cultura é um mero depósito de gente, sem rumo e sem futuro'. Também citava Arnaldo Antunes, do Titãs: 'O povo não quer só comida, quer comida, diversão e arte'. Estamos dando continuidade a essa filosofia administrativa, evitando interromper os grandes projetos iniciados e dando início a vários outros que tornam a vida das pessoas cada vez melhor.

Obrigado a Deus por tudo de bom que tem feito por Joinville. Parabéns para todos nós." E parabéns para nossa cidade, que completa hoje 153 anos de vida!

Quero expressar aqui também o meu carinho pessoal em relação a Joinville. Se hoje sou alguém na vida, devo exatamente tudo a cidade de Joinville, que me recebeu de braços abertos quando lá cheguei, em 1986. Comecei fazendo um pequeno programa de rádio das 7h às 8h e depois fui aumentando esse espaço - hoje também faço televisão. Lá criei a minha família e recebi, já por quatro vezes consecutivas, votações cada vez maiores, duas delas para o Legislativo Municipal e duas delas aqui para a Assembléia Legislativa.

Tenho o orgulho e a honra de ter sido, por duas vezes consecutivas, como candidato a Deputado, eleito com o maior número de votos no Município de Joinville, mostrando que esta minha cidade está impregnada também na minha alma.

Agradeço, de maneira muito especial, a cada joinvilense que acredita no meu trabalho como representante da sua cidade aqui na Assembléia.

Quero prestar esta homenagem porque os quase 500 mil habitantes de Joinville com certeza estão vivendo hoje um momento muito especial. Joinville atualmente é um verdadeiro canteiro de obras; Joinville, hoje, sofre várias inaugurações, quase que diárias, graças ao empenho de um homem que saiu de lá para o Governo do Estado e que hoje nós temos o orgulho de dizer que é o nosso Governador, o joinvilense Luiz Henrique da Silveira, que tem feito por Joinville muito mais do que qualquer outro homem público em toda a história de Santa Catarina.

Nunca, em tempo algum, Joinville teve tanta atenção como está tendo nos dias de hoje, com a presença do Governador Luiz Henrique da Silveira em Joinville. E tudo faremos para mantê-lo aqui por muito tempo, porque, com certeza absoluta, Joinville será sempre agradada com as obras e com aquilo que precisa para o seu bem-estar e para o desenvolvimento do seu povo.

Muito obrigado, Sr. Governador!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

Com a palavra o Deputado Sérgio Godinho, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero também parabenizar toda população de Joinville pela passagem do aniversário dessa maravilhosa cidade que, sem dúvida nenhuma, é um orgulho para Santa Catarina, com as suas potencialidades industriais e com o seu povo.

Então, Joinville está de parabéns. Nós, como serranos, temos orgulho de estar no Estado de Santa Catarina e de ter a cidade de Joinville, a maior cidade industrial do Estado de Santa Catarina. Parabéns joinvilenses!

Sr. Presidente, uso a tribuna hoje no horário do meu Partido para fazer um convite a todos os Parlamentares para participarem do lançamento amanhã, aqui na Assembléia Legislativa, às 19h, da Festa Nacional da Maçã. Na oportunidade estarão presentes, como todo o ano ocorre, o Prefeito e as autoridades do Município de São Joaquim, lançando aqui esta tradicional festa de São Joaquim, a Festa da Maçã.

Gostaria de citar algo sobre a Festa da Maçã. Neste ano nós teremos um aumento de 30% da safra da maçã na Região Serrana. Aproximadamente, na cidade de São Joaquim, serão colhidas 170 mil toneladas de maçã. No total, na Região Serrana, onde temos como produtores também os Municípios de Rio Rufino, Bom Retiro, Urubici e Urupema, teremos uma safra, mais ou menos, de 300 mil toneladas de maçã.

A Região Serrana, que há pouco tempo, estava na busca de uma vocação, hoje está-se consolidando como uma região propícia para o plantio de frutas, Deputado Reno Caramori. A Região Serrana há muito tempo buscava essa vocação, e hoje isso se consolidou. Deputado Antônio Carlos Vieira, na Região Serrana cerca de 300 mil toneladas de maçã serão colhidas.

Portanto, convido todos os Deputados para que nos prestigiem amanhã. O Deputado Antônio Carlos Vieira nos prestigiou no ano passado, assim como muitos outros Deputados. Creio que foi um dos lançamentos no qual estiveram mais representações de Deputados.

Então, convido a todos para prestigiarem essa vitória da geração de empregos e da geração de renda. Conseguimos, efetivamente, produzir uma maçã Fuji com a melhor qualidade do mundo. Comprovadamente, a maçã Fuji produzida em São Joaquim é considerada a melhor do mundo, a de melhor espécie.

Portanto, amanhã faremos o lançamento dessa festa aqui na Assembléia Legislativa, e convido aquelas pessoas que estão nos vendo através da TVAL, bem como as que estão aqui no Plenário, para participarem deste lançamento maravilhoso e verem a maçã produzida em Santa Catarina e que é exportada para mais de 50 países.

Especialmente amanhã será a vez deste lançamento com relação à maçã de São Joaquim, uma maçã, repito, de excelente qualidade, haja vista que o clima, o solo e as chuvas regulares fazem com que lá se dê bem a maçã.

E essa festa de São Joaquim, que é o pólo da produção da maçã, também representa, neste momento, as cidades de Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema, que também são produtores de maçã.

Amanhã será dada a largada dessa Festa da Maçã, que acontecerá em 30 de abril. Será mostrada a produção da maçã e as amostras que estão sendo colhidas, para que todos possam acompanhar de perto esse progresso e através desta Assembléia Legislativa nós poderemos ajudar.

A maçã é o único fruto tributado, hoje, no Estado de Santa Catarina. A partir deste dado importante, Deputado Joares Ponticelli, gostaríamos de fazer um projeto de lei para também isentar a maçã do ICMS, já que ela é a única fruta tributada no Estado de Santa Catarina. E precisamos de um maior incentivo para que possamos cada vez mais produzir esse fruto, gerando emprego e renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria de todos os Líderes Partidários, pedindo a inclusão na pauta da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004, que concede licença ao vice-Governador do Estado para ausentar-se do País.

A Presidência defere de plano.

Propomos aos Srs. Líderes, se não houver nada contrário, votarmos o projeto de decreto legislativo em turno único e depois encerrarmos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, imediatamente a seguir, para a votação da redação final dessa matéria e incluindo também o restante da pauta da Ordem do Dia de hoje, que são os requerimentos.

(As Lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004, que concede licença ao vice-Governador do Estado de Santa Catarina para ausentar-se do País.

(Passa a ler)

"Art. 1º - Fica autorizada licença ao vice-Governador do Estado de Santa Catarina para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 10 e 18 de março de 2004, com destino a Berlim - Alemanha -, para participar do evento ITB-Berlim 2004.

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h10min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 09 DE MARÇO DE 2004

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às dezesseis horas e dez minutos, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - Joares

Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Manoel Mota - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei

Morastoni) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 19/2004, de autoria do Sr. Deputado Genésio Goulart; 20/2004, de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira; e 22/2004, de autoria do Deputado João Paulo Kleinübing, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sra. Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Joinville, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Joinville, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Joinville, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Presidente da Associação Voluntárias do Hospital Infantil Joana de Gusmão, felicitando-a pelo Dia Internacional da Mulher.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina, felicitando-a pelo Dia Internacional da Mulher.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Reitor da Unochapecó, parabenizando-o pela posse da nova Reitoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, felicitando-a pelo Dia Internacional da Mulher.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Paulo Kleinübing, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Justiça, solicitando a contratação de Policiais Rodoviários Federais para Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada aos líderes de organizações religiosas do Estado, solicitando engajamento na Campanha da Fraternidade de 2004 - Fraternidade e Água.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Ministro da Cidade, apelando a liberação de recursos visando a reconstrução do Município de Porto União, que foi atingido por uma tempestade de granizo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Sr. Governador do Estado, contendo quesitos sobre pagamentos ao escritório de Advocacia Grego Filhos Advogados Associados, em decorrência do contrato PCDL 199/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado Sr. Governador do Estado, contendo quesitos sobre pagamentos ao escritório de Advocacia Grego Filhos Advogados Associados, em decorrência do contrato PCIL 203/2003.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado Sr. Governador do Estado, solicitando cópia do processo de licitação decorrente do Edital de Concorrência nº 105/03, da Secretaria da Administração, para contratação de empresa especializada em serviços de vigilância orgânica e vigilância eletrônica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, depois de uma luta incansável sobre a questão da BR-101, amanhã inicia-se a marcha dos Vereadores de Osório, no Rio Grande do Sul, até Florianópolis, em Santa Catarina.

Então, os Vereadores de aproximadamente 30 Câmaras de Vereadores farão esse roteiro. Cada Município terá uma ação, será entregue uma bandeira para os Municípios, e eles pedirão que eu estivesse presente amanhã, no início da caminhada.

Portanto, estou deslocando-me para Osório, neste instante para que amanhã, às 8h30min, eu esteja lá também levando a nossa vontade de que aconteça a nossa duplicação, até porque as coisas estão andando. Aumentou o recurso para a duplicação no Orçamento, a luz começou a acender, mas nós ainda estamos preocupados, porque há muitas etapas ainda para serem superadas.

Por isso, eu me deslocarei neste instante para Osório, em nome do nosso Parlamento, e com certeza, amanhã, falarei em nome do nosso Parlamento, da Assembléia Legislativa, para que esta caminhada seja pacífica. Não será contra o Governo, e sim a favor da busca de uma solução para a duplicação da BR-101.

Queremos agradecer, Sr. Presidente, e dizer que amanhã, se tivermos essa liberdade, falaremos em nome do nosso Parlamento de Santa Catarina em Osório, quando lá estaremos

para no início desta caminhada pacífica e ordeira, buscando contribuir para que nós tenhamos, de fato e de direito, a duplicação da BR-101.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Srs. Deputados, gostaria de comunicar que a Presidência acaba de receber o relatório da auditoria que foi procedida no painel de votação do Plenário, conforme requerido pela Bancada do Partido dos Trabalhadores. E pedimos permissão para lê-lo, uma vez que amanhã nós iniciaremos as votações, possivelmente, dos vetos que já estão em condições de serem apreciados pelo Plenário.

O relatório apresenta a seguinte redação:

(Passa a ler)

"Conforme solicitação de V.Exa., no dia 06 de março passado procedemos vistoria técnica, juntamente com a Ciasc - Companhia de Informática e Automação do Estado - no painel de votação eletrônica do Plenário desta Casa, com intuito de apurar as questões levantadas pela Bancada do PT.

Contamos com o apoio técnico de um engenheiro de redes e de um técnico de telemática da Ciasc, bem como técnicos da empresa TV Universal, na vistoria e testes realizados.

A seguir apresentamos as conclusões e sugestões de aprimoramento do sistema de votação eletrônica da Assembléia:

O requerimento da Bancada do PT informa que no dia 29 de janeiro, durante a quinta sessão extraordinária da primeira convocação da corrente Legislatura, por três vezes o painel de votação do Plenário registrou incorretamente o voto de Parlamentares, atestando inclusive o voto de Deputados ausentes.

Em relação aos fatos acima, a Divisão de Informática constatou o ocorrido e no mesmo dia convocou a empresa TV Universal para que tomasse as providências necessárias para que o problema não viesse a se repetir.

Naquela oportunidade, dia 06 de fevereiro, foi então realizada uma investigação no sistema de cabeamento da rede auxiliar independente do sistema de votação.

Foi constatado um mal contato em algumas das conexões dos terminais, em função da mobilidade das bancadas.

Concluímos que este mal contato ocasionou o armazenamento na memória do sistema do voto dos Parlamentares digitados nos terminais. Esses votos foram computados quando a nova votação foi aberta.

Constatado este problema, a Divisão de Informática determinou à empresa que fosse efetuada à Divisão a devida atualização do sistema para que o mesmo não mais viesse a aceitar registros correspondentes a ações anteriores.

A empresa atualizou o sistema e a partir do dia 1º de março o sistema zera a memória a cada nova votação iniciada, afastando, desta forma, a possibilidade de repetição do incidente de 29 de janeiro do corrente.

Realizamos várias votações testando o sistema e não constatamos qualquer divergência entre os votos digitados e os apresentados no painel.

Os resultados dos testes de votação secreta também coincidiram com os votos digitados. Informamos, no entanto, que é impossível conferir o voto com o nome do Parlamentar na votação secreta, pois o sistema registra apenas a quantidade de votos, protegendo desta forma o caráter secreto do voto.

Mesmo considerando que as correções já feitas evitam a repetição do incidente, a Divisão de Informática, juntamente com a Ciasc, concluiu que o sistema de votação eletrônica necessita de melhorias significativas, visando aumentar o seu desempenho e segurança, o que já está previsto no projeto de migração para o *software* livre de código aberto e de automação do Plenário, incluindo o sistema de automação segura por meio de impressão digital.

Implantada a plataforma em *software* livre e o novo sistema de autenticação digital, superaremos os limites impostos pelo atual sistema de código proprietário à realização de auditorias plenas, sem que estas violem os direitos autorais constitucionais de seus autores.

A reforma do Plenário prevê novas instalações elétricas e lógicas, o que evitará problemas futuros de contatos e cabeamento.

Diante do exposto neste relatório, não possuímos nenhum indício de operação fraudulenta ou dolosa no sistema de votação eletrônica, tratando-se o ocorrido na data em questão como um incidente físico operacional já corrigido.

Sem mais, renovamos aqui votos de apreço e de estima.

(a) Jean Carlos Sestren

Diretor da Divisão de Informática da Assembléia Legislativa"

Então, fica dado conhecimento aos Srs. Deputados deste relatório e das providências que aqui foram anunciadas.

Com a palavra a primeira oradora inscrita em Explicação Pessoal, a Sra. Deputada Odete de Jesus, por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, venho à tribuna para fazer um comentário sobre a coluna do nosso querido amigo jornalista Paulo Alceu, já que a sua coluna se destaca e todo catarinense tem curiosidade de, todos os dias, procurar esta página para ler, porque sempre traz muitas informações.

Srs. Deputados, no sábado saiu publicada uma matéria, inclusive com uma foto desta Deputada, que repercutiu através dos nossos companheiros liberais que nos ligaram. A matéria diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Mudança

Dias atrás a Deputada Odete de Jesus reclamava da falta de atenção do Governador Luiz Henrique da Silveira aos pleitos do Partido Liberal. Tão solícito quando acionado, de repente o recado deu certo e algumas benesses foram ofertadas. Pelo menos a Parlamentar, durante essa semana, não mediu palavras para elogiar o Governador, dizendo ser um homem sensível" (...).

Quando o Deputado Mauro Mariani estava na tribuna, esta Deputada se pronunciou porque Porto União é sua terra natal. Foi lá onde cresceu, estudou e morou, sendo que ainda tem parentes lá. Anteriormente, ela havia se manifestado sobre o flagelo que ocorreu naquela cidade, inclusive sobrevoou o local e pôde constatar a tragédia que ocorreu sobre as casas daqueles familiares.

Então, fiquei muito sensibilizada de ver a atitude do Governador Luiz Henrique da Silveira, cancelando compromissos para ir até Porto União. O Governador fez a obrigação dele porque foi eleito com o voto dos pequenos, dos ricos, dos negros, de pessoas de todas as classes. Ele foi um Governador eleito; as urnas provaram isso! Portanto, o Governador cumpriu o seu papel de governante, de assistir ao desamparado. E foi por isso que esta Deputada se comoveu!

Mas eu quero falar de público que se esta Deputada, Líder da Bancada aqui na Assembléia Legislativa e também Presidente do Diretório Estadual, eleita sem um voto de rejeição, ou seja, com o voto de todos os companheiros liberais que vieram para a convenção, não tivesse feito um bom mandato como Presidente do Partido Liberal, certamente não teria a sua reeleição!

Srs. Deputados, quero frisar o seguinte: estive conversando com o Governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o Secretário-Geral do Partido Liberal, Luiz Viegas. Agendamos e fomos conversar com o Governador, que me disse: "Deputada, em março nós vamos chamar o Partido Liberal para contemplá-lo". Foram essas as palavras do Governador Luiz Henrique da Silveira.

Então, senhores, hoje o Partido Liberal nesta Casa, eu posso dizer, tem uma representatividade. Existem Partidos, e não vem ao caso citar, mas eu quero dar como exemplo o PPS, o PCdoB, que não têm representantes nesta Casa e tem o seu prestígio.

Até quero agradecer ao Deputado Djalma Berger a mensagem lindíssima que recebi, e creio que as Deputadas Ana Paula Lima e Simone Schramm também receberam. Recebi também um buquê de flores do Deputado Ronaldo Benedet. Recebi muitas flores, cartões, mensagens, mas, senhores, eu não comorei o Dia Internacional da Mulher porque, infelizmente, a mulher ainda é muito discriminada.

Os votos da Deputada Ana Paula Lima, uma grande Deputada, da Deputada Simone Schramm e os meus, dentro desta Casa, fazem diferença! Somos mulheres, mas o nosso voto é igualzinho a de todos os colegas Parlamentares, pelos quais eu tenho muito respeito.

Esta Deputada até hoje, e como Líder de Bancada, ainda não tem a sua sala. O Sr. Presidente sabe, e pela postura de um grande Presidente está fazendo um esforço enorme para providenciar essa sala. Mas esta Deputada, por ser mulher, mansa, passiva, paciente, bondosa está todo esse tempo esperando por essa sala.

Agora, senhores, o que seria deste mundo sem as mulheres? Eu tenho a minha mãe com 99 anos de idade, com saúde, e dou graças a Deus de tê-la saudável.

Senhores, tivemos grandes mulheres vencedoras, que lutaram e chegaram ao poder. Como exemplo temos a Prefeita Angela Amin, que foi destaque nacional. Não podemos negar porque os jornais a citaram! Temos Roseane Sarney, do PFL, que quase chegou à Presidência, senhores! Por que ela não chegou à Presidência? Porque preparam uma bela armadilha para ela, senhores! Senão essa mulher era uma Presidente. Vou falar da nossa querida Senadora Ideli Salvatti. Olha! Tomou um banho de votos! Um milhão e lá vai pedrada, senhores. Por quê? Porque fez um trabalho sério, honesto, competente, e hoje é Líder no Congresso Nacional!

Nós aqui estamos em três, mas vamos crescer. Aquela mulher que está, quem sabe, intimidada em casa, mas é uma grande desbravadora, nós lançamos o convite para que se lance como candidata e venha competir conosco porque as mulheres também fazem a diferença.

Srs. Deputados, então, quando a mulher é negra, aliás, por ser mulher já é discriminada, mas quando ela é negra mais ainda! E quando ela é pobre nem se fala! A sociedade a rejeita e nem chega perto.

Olha, senhores, quero dizer uma coisa: a mulher tem seu valor. Não adianta fazer homenagens depois que morre. Como é exemplo a nossa Antonieta de Barros, que também, modestia à parte, era do meu Partido, do PL. Era negra, lavadeira, pobre, professora, mas teve o seu destaque. Cruz e Souza, também negro, só foi reconhecido após sua morte.

Sr. Presidente, solicito que a entrega da Medalha Antonieta de Barros às mulheres valorosas seja feita no dia 08 de março.

Sou Autora de um projeto de lei que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios da mulher...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A Presidência cumprimentar todas as mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Nobre Deputada, em hipótese alguma há qualquer discriminação desta Presidência em relação ao seu gabinete. Pelo contrário, as obras estão em franca execução e muito em breve teremos a inauguração do gabinete da Liderança do PL.

Acredito que todos os Deputados vão participar da grande festa da entrega desse gabinete à Deputada Odete de Jesus, que deste o início deste novo mandato está em um gabinete comum, sem gabinete de Liderança.

Por isso, além de fazer o gabinete da Deputada Odete de Jesus, vamos deixar mais um gabinete de Liderança pronto para que no futuro breve, se configurar uma outra situação como essa, não venha acontecer mais essa mesma situação.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, se esta Deputada usasse gravata não estaria sem gabinete!

Deixo esse questionamento para todo o povo catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Deputado João Paulo Kleinübing.

(Pausa)

Na ausência do Deputado João Paulo Kleinübing, com a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Aqui agradeço a Bancada do PMDB, a Deputada Simone Schramm pelas flores ofertadas e pelos votos que recebi da Bancada do PT e da Presidência desta Casa. Aqui há três mulheres que fazem a diferença.

Sr. Presidente, não poderia ficar calada diante de algumas manifestações vindas do ano passado e que vem se acalorando durante este ano, denegrindo a imagem do Governo Lula.

Quero dizer às Bancadas que se dizem da Oposição que desde a época de Tomé de Souza eles nunca saíram do poder, sempre se alternaram. Desde a época em que o Brasil ainda era Capitania eles mandavam. Ficavam no poder.

Então, pela primeira vez um trabalhador, um homem eleito pelo povo, e vai fazer a diferença, está governando este País com muita seriedade e vai fazer as mudanças que nós queremos.

Para ser até mais precisa, Deputado Ronaldo Benedet, o Brasil vai fazer 504 anos. Será que os problemas do Brasil foram só do ano passado para cá? Será que foi Lula que deixou o Brasil com milhões e milhões de desempregados, de famintos e de excluídos? Será que um Presidente da República vai resolver o problema deste imenso Brasil em apenas um ano de mandato? Não! Vai ficar estes quatro anos e, se Deus quiser, vai se eleger, porque este é o Presidente que vai fazer as mudanças que queremos.

Eles deixaram sem dar respostas para os nossos povos. Se hoje tem desempregados foram eles que deixaram sem resposta.

O Lula veio e é o ícone dessas mudanças que irão acontecer no nosso País. O retrato da situação da mulher é o retrato que eles deixaram! É o retrato da sociedade que aí está!

Por isso que no dia 8 de março, como falou a Deputada Odete de Jesus, temos pouco a comemorar, muito pouco. Em 504 anos de história, pouca coisa se avançou.

Antes de nós, Deputada Odete de Jesus, várias mulheres saíram às ruas, perdendo até suas vidas para podermos estar sentadas hoje aqui na Assembléia Legislativa. E não pensem que vamos ficar só em três! Seremos milhões, porque a participação da mulher na política é imprescindível para fazer as mudanças que queremos.

O Presidente Lula já deu sinal dessas mudanças, pois instituiu um projeto de lei que determina o ano de 2004 como o Ano da Mulher. E várias ações e atividades estão previstas em todo o País para marcar essa homenagem. O Governo Lula também instituiu a Secretaria Nacional da Mulher para desenvolver as políticas específicas devido a força da mulher. São mudanças pequenas que estão acontecendo e se fazem necessárias.

Mas temos muito pouco a comemorar. No emprego, a realidade da mulher no mercado de trabalho no Brasil é uma das mais injustas do mundo. O desemprego feminino, por exemplo, foi de 18,3% enquanto o masculino 13,6%. Dos trabalhadores empregados, pesquisas revelam que 64,5% têm carteira assinada e somente 35,5% as mulheres são registradas.

Aí já começa a discriminação, através do emprego. No salário é a mesma coisa. Pesquisas da ONU indicam que os salários dos homens, às vezes exercendo a mesma função, chega a ser 200% maior do que o das mulheres. É uma vergonha! E com jornadas de trabalho idênticas, não trabalha! Porque em casa a mulher tem dupla jornada.

Na questão da pobreza, Deputada Odete de Jesus, dos um bilhão e 300 mil pessoas miseráveis do mundo 70% são mulheres, dados da ONU.

Ao mesmo tempo em que as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem só 1/3 dos salários pagos no mundo. As mulheres são donas de apenas 1% dos bens imóveis do planeta, e olha que nós trabalhamos.

E por falar em violência, Srs. Deputados, é uma vergonha o que acontece no nosso País. O Departamento da Mulher, da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Santa Catarina, realizou uma pesquisa em novembro passado em 27 Municípios e revelou o seguinte: 48,28% das entrevistadas já foram vítimas de violência em casa - o agressor é sempre o marido ou o ex-marido. Apenas 28,57% denunciaram a violência. Daí o projeto de lei que no ano passado o Deputado Wilson Vieira e esta Deputada apresentaram e foi sancionado pelo Governador, projeto esse para construção e manutenção de casas às mulheres vítimas de violência.

Nos casos do chefe, é o principal responsável por 58% das respostas. Apenas uma em cada 10 mulheres vítimas de violência denunciou a situação ocorrida no trabalho. A maioria, 34,21%, preferiu apenas contar o ocorrido aos colegas de trabalho.

É uma vergonha o que acontece - a violência física contra a mulher e também a violência emocional. Porque quando não ganha a mulher com a palavra, eles ofendem a moral da mulher, Deputada Odete de Jesus. O que é mais vergonhoso ainda. Inclusive fui vítima disso em minha cidade.

Mas a grande conquista da mulher está sendo a mulher na política - pequena ainda. Apenas 9,6% são Vereadoras em nosso País; 2% são Prefeitas; Deputadas, muito poucas, Governadoras também.

Deputada Odete de Jesus, um Deputado catarinense, chamado Arão Rebelo, teve coragem, há mais ou menos 70 anos, de editar um discurso da seguinte forma - porque a mulher só tem direito à voz e ao voto faz pouco mais de 70 anos: "A mulher tem que ser a rainha do lar; a mulher tem que lavar e passar roupa; a mulher tem que cuidar dos filhos; a mulher tem que fazer comida..."

Graças a Deus esse Deputado catarinense, que nos envergonhou, foi vencido pelo voto, e hoje temos o direito de votar e sermos votadas. Graças a Deus!

Por isso, Deputada Odete de Jesus, a mulher não tem que dizer que é boa, ela tem que provar que é ótima em tudo o que faz, inclusive na política, e é por isso que V.Exa. ainda não tem sala aqui, porque se fosse homem já a teria.

A mulher às vezes tem que berrar para ser ouvida. E nós vamos usar essa tribuna para fazer essas denúncias contra a mulher.

Falando numa crônica sobre a mulher, Sr. Presidente, peça para um homem descrever um mulherão. Ele imediatamente vai falar no tamanho dos seios; na medida da cintura; no volume dos lábios; nas pernas; bumbum e cor dos olhos. Ou vai dizer que mulherão tem que ser loira, 1,80m, siliconada, sorriso Colgate. Mulherão, dentro desse contexto, existem poucas: Vera Fischer, Malu Mader, Adriane Galisteu, Lumas e Brunas.

Agora, pergunte, Deputado Ronaldo Benedet, o que é um mulherão para uma mulher e vai descobrir uma em cada esquina.

Mulherão é aquela que pega dois ônibus para ir ao trabalho e dois para voltar e quando chega em casa encontra um tanque lotado de roupa e uma família morta de fome;

Mulherão é aquela que vai de madrugada para garantir a matrícula do filho na escola, é aquela aposentada que passa horas em pé na fila do banco para buscar pensão de um salário-mínimo;

Mulherão é a empresária que administra dezenas de funcionários de segunda a sexta e uma família todos os dias da semana;

Mulherão é quem volta do supermercado segurando várias sacolas, depois de ter pesquisado preços e feito malabarismo com o orçamento;

Mulherão é aquela que se depila, que passa cremes, que se maquia, que faz dieta, que malha, que usa salto, meia calça, ajeita o cabelo e perfuma-se, mesmo sem ser capa da revista;

Mulherão é quem leva os filhos na escola, busca filhos na escola, leva os filhos na natação, busca filhos na natação, leva os filhos para a cama, conta histórias, dá um beijo e apaga a luz;

Mulherão é aquela mãe de filho adolescente que não dorme enquanto ele não chega, e que de manhã, bem cedo, já está de pé, esquentando o leite;

Mulherão é aquela que leciona em troca 'daquele' salário, é quem faz serviços voluntários, é quem colhe uva, é quem opera pacientes, é quem lava roupa para fora;

Mulherão é quem cria os filhos sozinha, é quem dá expediente de oito horas;

Mulherão é quem tem TPM e menopausa;

Mulherão, Srs. Deputados, é quem mata um leão por dia.

Parabéns a todas as mulheres.

Muito obrigada, Sr. Presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Solicito ao Deputado Nilson Vieira que assuma a Presidência, para que este Deputado possa se manifestar. Quero antes lembrar que os Srs. Líderes Partidários propuseram a realização de uma reunião com a Presidência e a Mesa Diretora desta Casa para as 17h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero em primeiro lugar aproveitar a oportunidade para parabenizar Joinville.

Parabéns à cidade de Joinville, de aniversário hoje, pelos seus 153 anos, uma das cidades mais importantes do nosso Estado, a maior cidade do nosso Estado, também conhecida como a "Manchester Catarinense", pelo seu pungente pólo industrial.

Mas foi participando das atividades de Joinville, no calendário de suas festividades pelo aniversário no dia de ontem, e já anteontem, no domingo, que eu tive oportunidade de receber no aeroporto de Joinville, um companheiro do Partido dos Trabalhadores, Senador Carlos Wilson, que é Presidente da Infraero.

Estava acompanhado também do Deputado Federal Aírton Soares, que é para nós do PT uma das referências históricas mais importantes, porque ele faz parte daquele punhado de cinco Deputados Federais do MDB, que em 1979 escolheram o PT como um caminho para a continuidade da sua caminhada política, dos seus mandatos.

O Deputado Federal Aírton Soares é um desses símbolos do PT, da fundação do PT. E na memória, o filme que passou pela minha cabeça reproduziu os 24 anos do PT, desde a fundação, que também tive a oportunidade de participar desde o primeiro momento. Aliás, participo do PT já um ano antes, quando médico recém-formado, terminada a minha especialização em Pediatria, no Hospital das Clínicas de Curitiba.

Estava participando de um projeto de Medicina Social na Unicamp, em Campinas e na cidade próxima, Itapira, uma cidade governada pelo MDB, então, de plantadores de cana, de cortadores de cana e de catadores de algodão, uma cidade de bóias-frias, como se chama. E ali também pude desenvolver um projeto de Medicina Social.

Mas era 1979, primeiro de maio, Lula comandava a grande greve do ABC paulista, em São Bernardo do Campo. E já em primeiro de maio é que eu tive a oportunidade de participar, ali em São Bernardo do Campo, dos comitês para a criação do PT, este movimento crescente que culminou, em 10 de fevereiro de 1980, com a fundação do Partido dos Trabalhadores.

E agora, ao participar das comemorações dos 153 anos de Joinville, ao ver Carlos Wilson - Presidente da Infraero, uma das pessoas que apresenta uma das mais legítimas e mais paladinas representações da transparência e da honestidade, da lisura, do trato das questões públicas - e Aírton Soares, apenas reafirmei para mim este princípio de que o PT é um Partido que tem uma história - são 24 anos, são duas décadas e meia -, que escreveu importantes páginas da história do nosso Brasil. Seria impossível compreender o Brasil neste período, sem o Partido dos Trabalhadores.

E esta bandeira, a bandeira da ética, da política, do compromisso com a questão pública, com a coisa pública, é inabalável. Por mais que os adversários tentem conspirar, ou tentar de todas as formas atingir, mas há um cerne que foi construído no dia-a-dia, eleição após eleição, e isso não se desmonta, isso não se desmancha como um castelo de areia, porque isso é um arcabouço sólido, um arcabouço de aço, que foi construído por princípios.

Quero complementar um pronunciamento que comecei na quinta-feira da semana passada, mas que infelizmente não foi possível completá-lo.

Quero dizer que nessas festividades da inauguração do novo terminal de passageiros do novo aeroporto de Joinville, o Governo do PT, do Presidente Lula e do Presidente Carlos Wilson, da Infraero, apresentaram um balanço do trabalho extraordinário que o Presidente Lula, através da Infraero, realiza em todo o Brasil, nos 65 aeroportos brasileiros. É um verdadeiro canteiro de obras em todo o Brasil.

A Infraero realiza um magnífico programa social, como por exemplo o aeroporto de Navegantes, da região da Foz do Rio Itajaí, que está sendo ampliado, renovado, inclusive já foi anunciada para o mês de julho a nova visita do Presidente da Infraero para a entrega definitiva da internacionalização, que já tem linhas aéreas em prontidão para, a partir de julho, ter vôos noturnos diários de Navegantes a Buenos Aires e cobrir de turistas toda a nossa região, tendo Santa Catarina como porta de entrada.

Isto é uma pequena página da história do Governo Lula, do Governo PT. Quero dizer que quando determinados Deputados se manifestam aqui tentando de uma forma muito incoerente dizer que falta ao PT coerência com o seu passado, querendo dizer que a prática do PT se baseia nas mais sórdidas práticas políticas, é um absurdo.

Isso é querer se manifestar de uma forma totalmente descabida, que não tem razão de ser, querendo baixar o jogo. Mas as eleições de 2004 são importantes.

Vou começar pelo final, porque na verdade é a razão pela qual voltei a manifestar-me. Eu já disse na quinta-feira que são três as razões principais do caso Waldomiro, em que os adversários tentam fazer uma tempestade em copo d'água.

É uma merreca de um caso acontecido há dois anos; podia ser utilizada a qualquer momento no ano passado, mas nunca usaram, só usaram no momento em que bem lhes conviesse, que era exatamente no dia dos 24 anos do PT.

Já falei que a primeira causa é porque muitos adversários ainda não admitem a eleição de Lula, de um homem simples, comum, do povo, para a Presidência da República, que está dando um show, que está governando o Brasil com referência internacional.

A segunda causa é que achavam que o Governo Lula, que o Governo do PT, no primeiro ano seria um caos, com inflação, com aumento do dólar, com greves, com invasões, tornando-se um precipício para o Brasil. Ao contrário disso, o Brasil está mais controlado do que nunca, a economia está controlada, o torniquete pode ser afrouxado, tem gordura de sobra, tem condições para ir afrouxando na medida que o Governo Lula achar seguro, achar que tenha também a tranqüilidade, para que não engane o povo, porque não estamos na busca de nenhuma bolha de ilusão, de crescimento ilusório, mas de segurança.

Por isso, a tenacidade e a persistência em levar as políticas de uma forma muito firme.

Mas o terceiro item ao qual quero fazer referência foi quando o próprio PMDB, Deputado Ronaldo Benedet, decidiu entrar no Governo Lula. Nós sabemos das divisões que existem no PMDB, que não é uniforme em todo o Brasil. E foi muito importante essa entrada do PMDB no Governo Lula, pois já queria, quando candidato, a presença do PMDB no primeiro turno, o que não foi possível. No segundo turno já avançamos.

Santa Catarina foi um exemplo concreto. Lula foi um importante cabo eleitoral para Luiz Henrique da Silveira e este foi importante cabo eleitoral para eleger Lula. E a relação do Governo Estadual com o Governo Federal é de reciprocidade civilizada, ética e importante.

No Brasil, quando o PMDB entrou no Governo, as luzes vermelhas se acenderam mais ainda para os adversários políticos. E não foi apenas uma entrada no Governo, foi uma aliança, como as Lideranças do PT e do PMDB anunciaram, estratégica que passa para o futuro, não só para as eleições de 2004 como também para as de 2006.

Por detrás de toda essa ira, de toda essa raiva, de todas as manifestações, nós compreendemos a angústia dos adversários políticos que tentam enlamear o PT. Mas não conseguirão porque, com certeza...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Srs. Deputados, devido a um acordo de Lideranças, às 17h haverá uma reunião na Presidência com todos os Srs. Líderes.

Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Afrânio Boppé, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente quero elogiar o discurso feito pelo Presidente desta Casa, Deputado Volnei Morastoni, por colocar o debate político em um outro diapasão.

Nós estamos aqui no Parlamento catarinense fazendo um debate franco, aberto e transparente. Eu acho que esta é a função do nosso Parlamento, Deputado Volnei Morastoni.

Eu estou percebendo o esforço muito grande de determinados setores em tentar macular o Partido dos Trabalhadores, para pegar um episódio e decretar, de uma vez por todas, de Norte a Sul do País, que o PT é igual a todos os outros Partidos, que a bandeira da ética e da moralidade não cabe mais ser empunhada pelo PT.

Eu quero deixar claro que o Partido dos Trabalhadores, assim como qualquer Governo petista, seja municipal, estadual ou federal, não é blindado, não é imune a possíveis fatos e ações de corrupção, não existe uma imunidade no Partido dos Trabalhadores, não existe uma forma de fechar e blindar todos os Governos. E isso significa dizer que o que difere o PT dos outros Partidos é a forma como trata o assunto. O PT não aceita, não vai deixar a sujeira embaixo do tapete.

Eu defendo, Deputado Pedro Baldissera, que o nosso Partido use todos os instrumentos para mostrar para a sociedade que os culpados vão ser punidos.

Eu não aceito, por exemplo, o discurso de quem diz que o PT está obstruindo uma CPI e os demais Partidos não o fizeram. Não!

É bom lembrar, Deputado Antônio Carlos Vieira, que faz quase um ano que em Florianópolis está-se tentando instalar uma CPI, mas falta apenas uma assinatura. Existe uma tropa de choque da Prefeitura Municipal, da Prefeita Angela Amin, que não permite que a CPI do sistema de transporte seja aberta,

embora haja um movimento de moradores, um movimento de cidadãos que utilizam o transporte coletivo buscando a abertura da CPI.

Eu acho que nós precisamos mostrar e punir todos aqueles que cometem delitos. Não há como esconder! Por isso sou a favor de que todos os instrumentos sejam utilizados.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Ouço, com muita honra, o Deputado Volnei Morastoni, Presidente desta Casa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, eu gostaria apenas de registrar, já que não foi possível fazê-lo quando do meu pronunciamento, uma matéria da Folha de S.Paulo *on-line*, no dia de ontem: "Oitenta e cinco por cento da população não liga o PT a casos de corrupção".

Então, Deputado Afrânio Boppé, apesar de toda essa grande tempestade, de todas essas denúncias, a população continua confiando no PT, cuja legitimidade e reconhecimento continuam intactos.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado, estou atento ao pronunciamento de V.Exa., como estive ao do Deputado Volnei Morastoni, com relação a essa questão nacional. E falo aqui com muita tranquilidade, porque pertencço ao PMDB; não sou do PT, muito embora tenha votado muitas vezes em Lula.

Na verdade, o que se estabelece no País, neste momento, é uma separação, uma depuração. É claro que em vários Partidos há Deputados progressistas, no bom sentido, no sentido verdadeiro e político, mais à esquerda, vamos dizer assim.

Nós, do PMDB, queremos dar apoio ao Governo Lula, garantir a governabilidade ao Governo que foi democraticamente eleito. Assim, não pode ser através da tentativa de um golpe que se vai desestabilizar o Governo.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, eu acabei usando os cinco minutos restantes desta sessão, mas voltarei ao tema no dia de amanhã, para fazer o bom debate, porque é preciso colocar o pingue no "i". Tem gente fazendo discurso moralista, mas que não tem como sustentar esse discurso.

Então, Sr. Presidente, voltaremos no dia de amanhã para continuar a debater o tema.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Nós, ainda, temos inscritos para falar os Deputados Dionei Walter da Silva, Antônio Carlos Vieira, Ronaldo Benedet, Paulo Eccel, Herneus de Nadal, Sérgio Godinho, Nilson Machado e este Deputado. Porém, como há um acordo de Lideranças para a realização de uma reunião no gabinete da Presidência, às 17h, os Deputados citados ficam inscritos, na mesma ordem, para a sessão de amanhã, em Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu faço um apelo à Mesa para que sempre que houver um acordo de Lideranças para se suspender a sessão os demais Deputados sejam informados, porque no fundo fazemos papel de bobos.

Todos ficamos esperando, ouvindo atentamente, com todo zelo, com todo cuidado, os demais Colegas falarem, mas quando chega a nossa vez, a sessão é suspensa. E não é a primeira vez que isto acontece comigo! Eu gostaria

de registrar que não é a primeira vez! Eu não corro do Plenário e, sinceramente, Sr. Presidente, me preocupo com essa forma de terminar uma sessão!

Então, entendo que a Mesa deveria comunicar aos demais Deputados que não são Líderes, sempre que a sessão for interrompida antes do horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Eu queria explicar ao Deputado Antônio Carlos Vieira que cada Bancada tem o seu Líder. Como se trata de um acordo de Lideranças, subentende-se que cada Líder comunica aos seus Pares. Foi por isto que a Mesa não comunicou de forma genérica, porque cada Líder deve comunicar à sua Bancada.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, queria fazer só um apelo. Nós temos, nesta Casa, se não me falha a memória, sete Líderes, e contando com o Presidente são oito Deputados envolvidos na reunião. Então, gostaria que não se encerrasse a sessão. Como hoje isso já foi determinado, concordamos, mas que futuramente não se repita mais isso. Que seja permitido aos Deputados inscritos continuarem a sessão, com alguém substituindo o Presidente e os Líderes que estarão na reunião. Assim, a sessão pode acontecer normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado, isto será levado em consideração.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Há exatamente uma semana, na terça-feira, ocorreu essa reunião dos Líderes com a Presidência e na oportunidade foi o Deputado Onofre Santo Agostini que respondeu pela Presidência para as tratativas sobre as presidências de Comissões. Foi então que ficou acordado esta reunião para este horário com os Srs. Líderes, portanto, presume-se que já os Srs. Líderes tivessem avisado as suas respectivas Bancadas.

De qualquer forma, este encaminhamento já foi anunciado, inclusive o Deputado Antônio Ceron, como Líder do PFL, já solicitou à Presidência que os Srs. Líderes se reúnam, primeiramente, durante uns 15 minutos, na sala de reuniões da Presidência, para uma reunião preliminar entre os próprios Líderes e a seguir com a Presidência e os membros da Mesa Diretora desta Casa.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, queria convocar todos os Parlamentares componentes da Comissão a qual presido, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Proteção à Família e à Mulher para uma reunião amanhã, às 10h, na sala 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Perfeito, Sra. Deputada.

Comunicamos a pauta da próxima sessão: discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto nºs 225/2003, 276/2004 e 283, 284 e 317/2004.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 195, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR **JUDITH DE ARAÚJO SOARES**, matrícula nº 2026, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Biblioteca, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **MARLENE ROSA NUNES**, a partir de 04/03/04 (Biblioteca).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 196, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUIZ GONZAGA DE LIMA**, matrícula nº 3541, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 197, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **SIRNEY LOURDES KNOP**, matrícula nº 1675, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Herneus de Nadal).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 198, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **OSVALDINO ANTONIO DA SILVEIRA**, matrícula nº 4334, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 11/03/04 (Deputado Djalma Berger).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 199, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LUCIANA COSTA PONS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 11/03/04 (Deputado Djalma Berger).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 200, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **MURILO SILVA**, matrícula nº 3649, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Afrânio Boppré).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 201, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUIZ ANTÔNIO CECHINEL**, matrícula nº 4026, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputada Ana Paula Lima).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 202, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LEOMAR BALBINOT**, matrícula nº 4011, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 203, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LEOMAR BALBINOT**, matrícula nº 4011, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 204, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **MARIBELA FÁTIMA KLEIN**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 205, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **WILLIAN LUERSEN DO NASCIMENTO**, matrícula nº 4170, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado João Rodrigues).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 206 de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **WILLIAN LUERSEN DO NASCIMENTO**, matrícula nº 4170, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado João Rodrigues).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 207, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ROBERTO LORENZZON**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/07 (Deputado João Rodrigues).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 208, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **SINARA REGINA LANDT**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado João Rodrigues).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 209, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LOURIVAL CHARLES LONGHI**, matrícula nº 4102, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Dionei W. da Silva).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 210, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Ofício Externo nº 1015/2004, do Gabinete da Deputada Odete de Jesus,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 147, de 02/03/04, que nomeou a Senhora **IVONE NUNES DOS SANTOS VAZ**, matrícula nº 3926, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, no Gabinete da Deputada Odete de Jesus.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 211, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **GISELE TEREZINHA CARDOSO FERREIRA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 212, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA DE LOURDES JARDIM NASCIMENTO**, matrícula nº 3586, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 213, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ZENAIDE FERNANDES DOS SANTOS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 214, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **WALDECIR SILVANO PIRES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 215, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOCELITO NICOLAU DE SOUZA**, matrícula nº 4126, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 216, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JOCELITO NICOLAU DE SOUZA**, matrícula nº 4126, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 217, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOSÉ ANTÔNIO MARQUES**, matrícula nº 4297, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 218, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JOSÉ ANTÔNIO MARQUES**, matrícula nº 4297, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 219, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ROSICLET COMANDOLLI**, matrícula nº 4127, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 220, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ROSICLET COMANDOLLI**, matrícula nº 4127, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 221, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ALCIONE KISTENMACHER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 222, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **GERALDO HEIL**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 223, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LEANDRO MAÇANEIRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 224, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1.º Aos servidores abrangidos pelo Termo de Convênio nº 08088/2003-8, firmado entre os Poderes Legislativo e Executivo Estadual, em 10 de julho de 2003, não se aplica o disposto no inciso IV do artigo 3º da Resolução nº 1344/93.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Ato em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

ATO DA MESA Nº 225, de 16/03/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **THESSÁLIA RODRIGUES S. THIAGO**, matrícula nº 1426, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 02/03/2004.

ATO DA MESA Nº 226, de 16/03/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JOÃO BATISTA PEREIRA**, matrícula nº 2132, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 05/03/2004.

ATO DA MESA Nº 227, de 16/03/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1259, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 13/03/2004.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Sérgio Godinho - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 228, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NELSON JOSÉ CARDOSO DA SILVA**, matrícula nº 4303, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 229, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **NELSON JOSÉ CARDOSO DA SILVA**, matrícula nº 4303, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 230, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RAFAEL LORENZI GODINHO**, matrícula nº 3966, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 231, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **RAFAEL LORENZI GODINHO**, matrícula nº

3966, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 232, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODRIGO SILVEIRA DA SILVA**, matrícula nº 4069, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 233, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **IRAN ROSA DE MORAES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 234, de 16/03/2004

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LETIERE DE SÁ SOUZA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/04 (Deputado Sergio Godinho).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Sérgio Godinho - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 0023.3/3 QUE TRATA SOBRE O ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO E O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 11H.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2003, às onze horas, sob a presidência do Deputado João Paulo Kleinübing, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi realizada audiência pública a pedido do Relator designado, Deputado Joares Ponticelli, para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 23/2003, de origem do Poder Executivo, que altera disposições do Estatuto do Servidor Público do Estado de Santa Catarina e do Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Fizeram parte da mesa, além do Presidente da Comissão, os Deputados Julio Garcia, Joares Ponticelli, Herneus de Nadal, Jorginho Mello, Afrânio Boppré, Ronaldo Benedet e Paulo Eccel; o Sr. Secretário da Administração, Marcos Vieira; a Sra. Presidente do Sinte, Marta Vanelli; e o Sr. Gerson Florêncio Rosa, representando o Sintesp. O Sr. Presidente, **Deputado João Paulo Kleinübing**, após agradecer a todos pela presença, fez a leitura da Exposição de Motivos nº 603/2003, que diz que o projeto

objetiva primordialmente autorizar as consignações facultativas, haja vista que atualmente só as obrigatórias são previstas, tais como imposto de renda retido na fonte, contribuição previdenciária e pensão alimentícia, possibilitando assim a adesão dos servidores no Programa de Inclusão Digital, bem como a obtenção de financiamento da casa própria em instituições financeiras privadas. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Marcos Vieira, Secretário de Estado da Administração, signatário da exposição de motivos, para fazer a sua explanação inicial acerca do projeto. O Sr. Secretário de Estado da Administração, **Marcos Vieira**, após cumprimentar os presentes, informou que o projeto de lei veio para a Assembléia Legislativa no sentido de alterar dois artigos, o artigo 97, do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, e o artigo 86, do Estatuto do Magistério Público Estadual, que prevêm que somente associações de funcionários, entidades beneficentes e securitárias ou também de direito público façam as devidas consignações mediante autorização do servidor público em folha de pagamento, não contemplando as entidades de direito privado e os sindicatos que foram reconhecidos após sancionados esses dois diplomas legais, por isso a solicitação da inclusão da expressão "ou de direito privado" nos dois artigos, tendo em vista, primeiramente, a regularização da situação existente e, em segundo lugar, implantar o projeto de inclusão digital, tendo em vista que hoje a informática se faz presente no mundo inteiro. Disse que o governo do Estado pretende fazer com que a administração pública se torne cada vez mais ágil, sendo necessário para isso a implantação de

todo um sistema de tecnologia de informação no âmbito interno; que ao mesmo tempo em que se faz necessária a implantação de todo o sistema de tecnologia de informação, na outra ponta se faz necessária a capacitação dos servidores públicos estaduais. Informou que o objetivo do projeto é fazer com que o Estado abra linha de crédito ao servidor público no sentido de fazer financiamento de um kit básico de informática. Enfatizou que o Estado, fazendo a capacitação do servidor público, pode atingir dois objetivos: fazer com que o servidor possa manusear na sua repartição o equipamento que está à sua disposição para dar andamento a todos os procedimentos administrativos do seu dia-a-dia e, tendo em casa esse kit básico de informática, possa fazer com que os seus familiares, principalmente seus filhos em idade escolar, aprendam a manusear um equipamento de informática. Ressaltou que na situação em que se encontram as consignações feitas pelo sindicato e pelas entidades de direito privado não há amparo legal, fazendo-se necessária a alteração nos referidos artigos dos respectivos diplomas legais. Comentou que recentemente houve uma auditoria realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, na qual solicitava uma solução: ou o cancelamento de todas as consignações existentes ou o envio de um projeto de lei no sentido para regularizar a situação, o que foi feito. Frisou que as primeiras consignações que foram feitas no âmbito do Governo do Estado começaram em 1991, no Governo Wilson Kleinübing, fruto de consignações feitas pelo então Secretário de Estado da Justiça e Administração, Nilton Pompeu, que determinou que fosse consignado na folha de pagamento de todos os servidores um seguro de vida, o que contrariava a lei, não dando opção ao servidor público de comprar o seu seguro em qualquer seguradora ou corretora, o que causou inclusive a exoneração daquele Secretário; que acertadamente o então Governador Wilson Kleinübing editou o Decreto 2.919, de 10 de novembro de 1992, regulamentando a matéria, havendo uma alteração pelo Governador Paulo Afonso em 17 de novembro de 1995, dando nova redação ao caput do artigo 1º e parágrafo único do artigo 3º e ao artigo 8º do decreto já mencionado; que depois o Decreto 1.836, de 15 de maio de 1997, fez profundas modificações a esses decretos, regulamentando as chamadas consignações compulsórias e consignações facultativas, previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais e no Estatuto do Magistério. Prosseguindo, disse que no ano de 1999 o decreto assinado pelo então Governador Esperidião Amin voltou a regulamentar as consignações denominadas compulsórias e facultativas, alargando um pouco mais as modalidades de consignações, diminuindo a margem de comprometimento do servidor público, possibilitando que as entidades pudessem ter mais de um código de consignação, e as consignações compulsórias e facultativas, tanto num decreto como no outro, é a mesma coisa, modifica somente a margem, a amplitude. Disse ainda que se num decreto era permitido usar 100% da margem consignável, no Decreto 820, apesar de abrir o leque para consignações, diminuiu a margem de comprometimento do servidor público, sendo limitada em 50%, que na grande maioria dos Estados brasileiros é na faixa de 35 a 40%, que é o razoável, e na proposta do decreto, se aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e depois em Plenário, que a sua proposta de um novo decreto é no sentido de se reduzir 5% ao ano até chegar no limite de 35 ou 30%. Saliu que é crescente o número de servidores inativos em Santa Catarina e que quanto mais velhos os servidores ficam maiores são as necessidades com saúde, principalmente com a previdência complementar; que se acontecer uma grande massa de servidores comprometidos com 50% da sua margem consignável com o sistema financeiro, com supermercado ou com pagamento de posto de gasolina, por certo não terá dinheiro no mês seguinte ao do recebimento do seu vencimento para, numa eventualidade de ter ido ao médico, não ter dinheiro para comprar um remédio, mas se se diminuir consideravelmente essa margem e dar condições de o servidor ter um pouco mais de recurso para gerir o sustento da família no mês subsequente seria melhor. Disse ainda que se faz necessário diminuir também o número de entidades consignatórias, que é demais, que algumas associações tem em seus quadros não mais que dez, doze ou quinze servidores como associados de um total às vezes de um órgão público de mil, que tem código na Secretaria, que usam dessa associação para vender facilidades para uma gama enorme de servidores públicos, então que pretendem fazer com que o sindicato ou associação só possa prestar serviço de consignação àqueles que foram efetivamente associados daquela associação ou que sejam sindicalizados daquele sindicato. Diz que é uma cláusula de barreira que querem colocar, porque daqui a pouco haverá uma gama de associações com poucos associados vendendo contratos para quinhentos mil servidores que não estão sindicalizados, filiados a nenhuma outra associação, que se aproveitam para obter os seus benefícios; que querem fazer, se aprovado esse projeto, que passem a ter um diploma legal, através de um decreto, limitando o uso da margem consignável de vez; que os Deputados deverão de perguntar qual o comprometimento de todas as consignações feitas em Santa Catarina em relação à folha de pagamento, à quantidade de servidores, ao que diz que hoje tem no Estado cerca de cento e vinte e oito mil servidores, ativos, inativos, ACTs, pensionistas do Ipsc e pensionistas do Estado, estando fora de qualquer consignação, principalmente das facultativas, os pensionistas do Estado, do Ipsc e os ACTs, somente os servidores ativos e inativos estão dentro do que diz respeito às consignações facultativas, chegando a uma gama de setenta a oitenta mil servidores, que consomem cerca de cem e cinco milhões de reais/mês na folha de pagamento líquido do Governo do Estado, que o comprometimento disso chega a 11%, com tudo, supermercado, posto de gasolina, loja, previdência privada, o que resulta num total de onze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos, um percentual relativamente pequeno em relação a outros Estados. Saliu que o servidor público catarinense não tem o hábito de se comprometer financeiramente na folha de pagamento, que o catarinense como um todo gosta de pagar sempre em dia os seus compromissos financeiros. O Sr. Deputado Jorginho Mello perguntou quem faz as consignações, quem desconta, se é muito, se é pouco, ao que o Sr. Secretário de Estado da Administração, Marcos Vieira, respondeu que o número

é relativamente elevado, que tem desde seguradoras, diversas associações de servidores e entidades financeiras públicas, não contemplando entidades financeiras privadas nem os sindicatos. Informou que para que sejam autorizadas essas consignações as empresas privadas e públicas, as associações e as seguradoras requerem a concessão de um código na Secretaria da Administração, que hoje tem repesados praticamente vinte processos, que neste ano não foi concedido nenhum código a nenhuma empresa, porque estavam esperando o momento de trazer o projeto à Assembléia, no sentido de regularizar. Prosseguindo, falou que na regulamentação primeira, quando se autorizou as entidades, principalmente as de direito privado, a terem o direito de consignar na folha de pagamento, a inflação era relativamente alta e, por conseguinte, os juros também eram altos, que os contratos feitos entre a Secretaria da Administração e as empresas de direito privado para a prática de juros eram altos e na medida em que tempo foi passando e a inflação baixando os juros também foram baixando. Saliu que o decreto que regulamentou a matéria e que autorizava as empresas de direito privado a consignarem determinou que a empresa seguinte a adquirir o direito de um código deveria obrigatoriamente praticar um juro menor que o anterior, sendo que o primeira instituição privada obteve o direito de praticar o juro de 6.3% e o último banco que obteve o direito de ter esse código recebeu autorização para praticar o juro de 1.8%; que hoje cerca de quinze bancos operam uma, duas ou três consignações/mês simplesmente para dizer que estão operando, para não perder a concessão do código, com prejuízos de 1.8 a 2.3%, enquanto que aquele banco que primeiro conseguiu o código continua operando naquela taxa absurda de 5, 6 ou 4.5%, por isso a sugestão de inclusão da expressão "ou de direito privado", sugerindo que seja baseado na taxa Selic do Banco Central, aí sim, dentro do patamar máximo: que quem praticar a taxa de juro menor estará beneficiando o servidor. Na seqüência, falou que o Besc pratica uma taxa mais baixa que as outras instituições financeiras, que por isso mesmo, se for introduzido o sistema de controle de taxa via taxa Selic, a inadimplência passa praticamente a ser zero; que se for implantado via taxa Selic, por certo, haverá uma concorrência entre os bancos e a taxa cairá, com certeza. Disse ainda que devem ser colocadas cláusulas com barreira, tanto faz para o sistema financeiro, associações ou qualquer outra entidade, que para ter o código autorizado pela Secretaria tem que ter um número mínimo ou de servidores associados ou de consignações, até porque isso tem um custo alto para a Secretaria, que na verdade todos pagam, nada é feito de graça, alguns, como o sistema financeiro, pagam caro para manter esse sistema, que paga 1% da manutenção do sistema de consignação, de inclusão ou de exclusão dessas folhas de pagamento; que alguns pagam menos, outras podem até não pagar nada, mas as empresas securitárias são as que mais pagam de taxa de pró-labore, de administração, cerca de 11%. Disse que a situação está colocada, que a Assembléia é que irá, lá na frente, tomar essa decisão e que existem duas saídas: ou se regulariza toda a situação, deixando todo o sistema estável, dizendo, sigilosamente, que se o servidor público de uma maneira geral souber que a situação das consignações hoje é irregular, vai requerer o cancelamento, passando a ser um caos o sistema financeiro, ao que o Sr. Presidente, Deputado João Paulo Kleinübing, disse que o anúncio foi público, pois que a reunião estava sendo transmitida pela TV AL. Dando continuidade, o Sr. Secretário de Estado da Administração, Marcos Vieira, disse que isso precisava ser dito, até porque a lei não permite e isso está sendo feito, que a decisão tem que ser tomada, que os Deputados é que darão o norte dessa decisão. Finalizando, colocou-se à disposição para outros esclarecimentos. Na seqüência, o Sr. Presidente, Deputado João Paulo Kleinübing, passou a palavra à Presidente do Sinte, Marta Vanelli, que, após cumprimentar os presentes, comentou que o Secretário a fez lembrar de um episódio de 1992, quando o Governador Wilson Kleinübing decidiu arbitrariamente cancelar todos os descontos das mensalidades dos associados. Lembrou que ficaram três meses sem o desconto, que tiveram que recorrer ao escritório da OIT, em Genebra, para poderem retornar o desconto da mensalidade, que por isso em 1992 tem essa regulamentação do Governador Kleinübing garantindo isso. Dando continuidade, comentou que quando tramitou o projeto do abono salarial na Assembléia, o Deputado Herneus de Nadal trouxe um documento à Comissão de Justiça, que trabalharam com a possibilidade da criação de quadros administrativos nas escolas e que o prazo era até maio do próximo ano mas até o momento ainda não houve nenhuma iniciativa, pelo menos por parte do Governo. Externou também que tem na educação pública dois sérios problemas: a contratação de pessoas de forma irregular dentro das escolas e a criação de cargos administrativos nas escolas, que diz respeito a serventes, vigias e merendeiras também, que hoje estão sob ameaça de demissão; que infelizmente o Governo está fazendo mais uma das suas arbitrariedades, querendo demitir cinco mil e poucas pessoas. Comentou, especificamente sobre esse artigo, que só tiveram o direito de se sindicalizarem a partir da Constituição de 1988, que o artigo 86 do Estatuto do Magistério já deveria ter sido atualizado, porque até então, como foi aprovado em 1966, só garantia as consignações de associações, que até 1988 era proibido aos servidores públicos constituírem os seus sindicatos. Disse que entende que não é uma situação irregular, porque o código de desconto de mensalidade dos associados é o mesmo após a constituição do sindicato. Informou que do ponto de vista do Sinte não tem nenhum problema garantir o desconto de entidades privadas, porque o Governo Federal está abrindo para demais bancos empréstimo para servidores públicos federais, porque a Central Única dos Trabalhadores fez um acordo com a Federação Nacional de Bancos, fazendo com que em empréstimos para associados de sindicatos os juros seja muito mais baixos, que, portanto, a partir do próximo ano, vários sindicatos filiados à CUT estarão prestando também esse serviço aos seus associados, com um desconto de juros muito mais baixo. Solicitou o cuidado de garantir no artigo, pelo menos para associações e sindicatos sem fins lucrativos, que esse serviço seja prestado gratuitamente, para que amanhã ou depois o Governo não venha a cobrar dos sindicatos, ou das associações, ou de entidades sem fins lucrativos uma taxa de implementação desse serviço. Destacou que um dos problemas que existem hoje

no Estado é que quando o servidor quer cancelar em sua folha de pagamento o Governo deveria providenciar um modelo de cancelamento de qualquer serviço na sua consignação e deixar à disposição em todos os órgãos públicos. Na seqüência, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Deputado Joares Ponticelli**, que, após cumprimentar os presentes, disse que quando foi designado Relator da matéria em pauta propôs a realização de audiência pública para buscar esclarecimentos sobre a intenção do Governo com relação ao projeto de lei complementar. Ressaltou que está plenamente satisfeito com a manifestação do Sr. Secretário da Administração, que fica satisfeito em saber que os bancos já pagam uma taxa significativa. Acha que deve ser uma providência do Governo aumentar as taxas, até porque é a atividade mais rentável no País, portanto, quanto mais o Estado puder se beneficiar dessa atividade, se poder aumentar esse percentual para poder arrecadar um pouco mais, é uma boa iniciativa, até para poder conceder aos sindicatos, às associações, a isenção pela prestação desse serviço. Elogiou novamente o Sr. Secretário e o Governo pela preocupação com a redução do patamar de consignação, já entende que é muito perigoso deixar o patamar elevado ou até sem nenhum controle, porque daqui a pouco o servidor, até por esse verdadeiro leilão, esse verdadeiro assédio que está ocorrendo diariamente por conta de instituições financeiras, que oferecem vantagens mil na concessão de financiamento, pode se empolgar, acabando por comprometer o sustento de sua família no mês seguinte. Declarou seu voto favorável à matéria. O Sr. **Secretário de Estado da Administração, Marcos Vieira**, agradeceu ao Deputado Joares Ponticelli pelas palavras e respondeu ao questionamento da Presidente do Sinte, disse que não vê qualquer problema de isentar a chamada taxa de administração para sindicatos ou associações, mas somente para as mensalidades, mas que aí os Deputados podem questionar por que não para o conjunto de consignações feitas por intermédio do sindicato, ao que disse que lá também estão empréstimos, ou seja, instituições financeiras, havendo dois pesos e duas medidas, enquanto que o servidor estaria pagando direito na instituição financeira, o banco estaria pagando, para as associações estaria de graça, mas que não vê qualquer problema. Sugeriu uma emenda para os sindicatos e associações, para que tenham o direito de fazer as consignações. Quanto à rapidez de averbações e de cancelamentos, que hoje ainda, infelizmente, em algumas situações está-se praticamente na era da pedra, que a própria professora, para fazer averbações ou cancelamentos, ainda manda os cartões para a Secretaria, que pretendem, num curto espaço de tempo, talvez em um ano, fazer com que cada um desses sindicatos e associações tenham acesso direto à folha, mas somente no que diz respeito à sua competência, que querem resolver esse problema, mas, como já disse, no máximo, em doze meses, tendo em vista uma série de modificações, inclusive com a implantação de uma auditoria eletrônica no sistema de folha de pagamento do Governo do Estado. Dando continuidade, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Deputado Afrânio Boppré**, que perguntou ao Sr. Secretário se a redação do artigo 86, que diz que "será permitida, mediante autorização do membro do Magistério, em folha de pagamento, bem como seu cancelamento a pedido, a consignação de prestação ou compromissos pecuniários assumidos com associações, entidades beneficentes, entidades securitárias, entidades de direito público ou entidade de direito privado", se os sindicatos já não estão acolhidos como entidades de direito privado, obtendo como resposta que na verdade não sugeriram, que quando enviaram o projeto de lei complementar à Assembleia não tinham clareza sobre a participação do sindicato, por isso que sugere aos Deputados que acolha a emenda, no sentido de incluir associações e sindicatos. Prosseguindo, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Deputado Julio Garcia**, que, após cumprimentar o Secretário, disse que foi relator da matéria, favoravelmente, mas depois disso tomou conhecimento da medida provisória que o Governo Federal editou sobre essa matéria, que no texto da medida provisória consta o percentual, a margem de consignação, que então questiona se não seria conveniente também estabelecer na lei essa margem de consignação, evitando que isso fosse objeto de decreto ou decisões administrativas. O Sr. **Secretário de Estado da Administração, Marcos Vieira**, respondeu que entende que a matéria deva ser regulamentada via decreto, porque a margem consignável não se calcula sobre toda a remuneração do servidor público, dando como exemplo o décimo terceiro, que não é comprometido nada de margem, o que não está explicitado em lei, mas que, responsabilmente, via decreto, fixaram isso; que hoje se tem, em razão do tempo e do conhecimento que se foi obtendo; que na verdade os decretos que foram se sucedendo foram botando limitações e que se esse decreto que está em pauta, se os Deputados aprovarem, por certo não abrirá espaço para comprometimento maior e sim reduzirá, restringirá sobremaneira essa situação, além de botar o limite de participação de empresas tanto de direito público e privado, como securitárias; que também vai ser limitado o valor a ser comprometido, bem como as verbas remuneratórias que possam servir de base de cálculo dessa margem consignável. Falou que responsabilmente os Governos têm sido bem duros nessa situação e que crê que continuarão sendo. Na seqüência, o Sr. **Presidente, Deputado João Paulo Kleinübing**, manifestou que a princípio é contrário a toda e qualquer consignação facultativa em folha de pagamento, que acha que se abre uma porta muito perigosa, que, como disse o Deputado Joares Ponticelli, pela propagação das facilidades, acaba comprometendo boa parte do seu rendimento com consignações facultativas. Disse que as instituições financeiras são as que menos pagam, que pagam apenas meio por cento, que as instituições securitárias são as que mais pagam, 5%. Comentou que acha meritório o plano de inclusão digital e que a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina fez um programa especial para que o professor pudesse adquirir, em condição vantajosa, tanto de financiamento quanto de valores, o seu computador, que não é luxo, é peça essencial para a sua manutenção. Destacou que o Estado deve estimular que todos os professores tenham um computador na sua casa como peça imprescindível para a boa execução profissional, mas que se preocupa com a abertura que se dá com esse projeto, que já esteve do outro lado do balcão e sabe disso: que quando teve oportunidade cortou boa parte das consignações, porque a empresa na qual

trabalhava acabava arcando com o ônus de ter que descontar, gerando insatisfação, pessoas que reclamavam, pediam para jogar para a frente, por isso acha que não vale a pena, que o servidor é dono do seu dinheiro, que pode fazer dele o que bem entender no momento em que o receber, mas é obrigação do Estado entregar o que ele tem direito. Na seqüência, concedeu a palavra ao Sr. **Deputado Julio Garcia**, que disse que assim como existem as vantagens que o Deputado acabou de mencionar, existem também as vantagens, a facilidade do crédito para o servidor e as taxas de empréstimos, que também são menores quando feitas em consignação, em função da baixa inadimplência; que acha que o que precisa haver é uma limitação e que continua, apesar dos argumentos do Secretário, inclinado a fazer com que essa limitação conste do texto da lei, porque lhe parece que a limitação elimina uma série de problemas enunciados pelo **Deputado João Paulo Kleinübing**, que complementou que a escolha das empresas deveria ser precedida de licitação pública. Ressaltou que deve apresentar uma emenda que, além de colocar a questão dos sindicatos expressamente, retira a expressão "entidades de direito privado", e daí, se fosse para o Besc, Banco do Brasil ou Caixa Econômica, poderia, com alguma boa vontade, entender que não seria necessária a licitação, ou pelo menos se justificaria a não-realização da licitação pública nesses casos, mas abrir simplesmente para que qualquer instituição financeira, qualquer seguradora possa ter acesso àquilo que o servidor tem de maior patrimônio, que é o seu salário, que realmente vê com reserva, haja vista os problemas que já aconteceram no passado. Na seqüência, concedeu a palavra ao Sr. **Deputado Hermeus de Nadal**, que disse que no seu modo de entender o projeto pretende contemplar o servidor público, por isso mesmo a iniciativa do Sr. Secretário e do Governo, bem como, a possibilidade de emendas que possam atender numa maior abrangência, que todas são para contemplar o servidor público, não para prejudicá-lo. Indagou que não podem partir da premissa de que o servidor público não tem condições de administrar o seu salário, que ele tem todas as condições, que essas possibilidades são criadas para fazer com que possa receber créditos com benefícios, dentre outras medidas propostas, para que possa reduzir a taxa de juro e outras. Disse também, com relação à propositura de intenção de emenda do Deputado Julio Garcia, que a seu ver a fixação do percentual pode ser estabelecida no projeto, desde que se permita depois da regulamentação estabelecer sobre quais valores se vai incidir, onde serão executados décimo terceiro salário e valores de férias; que entende que não há nenhum impedimento que se possa fazer uma emenda estabelecendo em 11%, desde que se reserve ao Poder Executivo, em contato com as entidades representativas, a regulamentação para saber sobre quais verbas, remuneração e vencimento que vai incidir esse percentual. Frisou que a intenção é beneficiar, não onerar o servidor público; que é obvio que com certeza trará à Secretaria da Administração e às Secretarias afins uma carga maior de trabalho, mas essa é uma prestação de serviço que o Estado precisa colocar à disposição do servidor. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra à **Presidente do Sinte, Marta Vanelli**, que mostrou sua preocupação com a fala do Secretário, porque às vezes o avanço da informática fascina, que por isso tem que haver alguns cuidados, que pensa que o Governo só pode incluir qualquer código quando tiver em mãos a autorização do servidor. O Sr. **Secretário de Estado da Administração, Marcos Vieira**, deixou claro que todos têm que ter o documento da autorização. Em relação do que disse o Deputado João Paulo Kleinübing, que o sistema financeiro é o que menos paga, zero e meio por cento, que na verdade é um por cento, zero e meio por cento de taxa de administração e zero e meio por cento de pró-labore; que a taxa de administração fica com a Secretaria da Administração para cobrir despesas de manutenção do sistema e o zero e meio por cento vai para a Fundação Nova Vida, como para outras entidades. Teceu outras considerações que achava importante trazer ao conhecimento dos Deputados: que o sistema financeiro é o último a ter direito a fazer a consignação na folha de pagamento do servidor; se de todas as consignações feitas não sobrar margem consignável, ele não terá direito de entrar, mas se se perguntar se a Secretaria emite uma certidão dando uma margem consignável, é que naquele mês pode vir uma decisão judicial mandando averbar uma pensão alimentícia, então a consignação obrigatória, a compulsória, tem precedência sobre a facultativa, e dentre as facultativas o sistema financeiro é o último; o plano de saúde do Ipsc, por exemplo, é optativo, mas a partir do momento em que o servidor aderir, passa a ser compulsório. Em relação ao que disse o Deputado João Paulo Kleinübing, da possibilidade de abrir licitação pública para que o Estado possa escolher as empresas que darão empréstimo ao servidor público, disse que no seu entendimento não se deve fazer licitação, porque nesse caso o Estado não é contratante, que quem contrata o empréstimo é o servidor público, o Estado apenas estipula as regras do jogo, a responsabilidade é do servidor. O Sr. **Presidente, Deputado João Paulo Kleinübing**, deixou claro que do seu ponto de vista o Estado está prestando um serviço também a essas entidades, que ainda acha que deveria ser precedido de licitação, que não vê como o Estado, mesmo sendo um repassador, possa permitir que outros prestem serviços sem que seja precedido de devida licitação. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. **Gerson Florêncio Rosa, representante do Sintesp**, que enfatizou que deve haver garantia para que as entidades não deixem de receber a contribuição e não os serviços que porventura venham a prestar para os associados, porque quando generaliza que "poderá desistir a qualquer momento", na sua interpretação acha que a contribuição também corre o risco de ser a qualquer momento cortada. Mencionou que atualmente o servidor procura a entidade e preenche um pedido de filiação, que é encaminhado à Secretaria da Educação, que gostaria que isso fosse mantido. Quanto à contribuição e à hierarquia dos descontos, informou estão com uma proposta de fazer uma emenda para que realmente se garanta essa contribuição, já que hoje parece que a contribuição para as entidades tem a mesma hierarquia e o mesmo tratamento do sistema financeiro. Disse que na verdade o que se vê é só a inclusão do termo "entidades de direito privado", que o artigo continua o mesmo, que querem a garantia da contribuição. Prosseguindo, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Deputado Joares Ponticelli**, que sugeriu à Presidente do Sinte e aos demais

interessados na matéria que apresentem as propostas de emendas durante a semana; que trará um parecer na próxima terça-feira, quando poderá ser feito um acordo no sentido de encaminhar, ao que o Sr. Presidente disse que pode ser encaminhado ainda durante a semana. O **Deputado Joares Ponticelli** sugeriu ainda ao Deputado Jorginho Mello, membro da base governista, já que o Deputado Herneus de Nadal já havia se ausentado, que seja proposto ainda no dia de hoje no Plenário um requerimento de regime de prioridade para a matéria, comprometendo-se, como líder da Bancada, de acostar assinatura para que possam garantir a aprovação dessa matéria até o final do ano. Na sequência, o **Deputado Jorginho Mello** disse, em relação à preocupação do Deputado Julio Garcia, de constar no corpo da própria lei, que acha desnecessário, porque o comprometimento não passa de 11%, demonstrando com isso que o servidor público sabe o que está fazendo, mesmo com toda a propaganda. O Sr. **Gerson Florêncio Rosa, representante do Sintesp**, pediu um esclarecimento ao Secretário com relação às pensionistas, se está sendo consignado empréstimo ou qualquer benefício financeiro dentro do benefício da pensão, obtendo como resposta que é somente para ativos e inativos do Estado. Na continuidade, o Sr. **Presidente**, após agradecer a todos pela presença, encerrou a audiência pública.

DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia três do mês de março do ano dois mil e quatro, reuniram-se os Senhores Deputados: **Antônio Carlos Vieira, Antônio Ceron, Joares Ponticelli, Dionei Walter da Silva, Pedro Baldissera, Cesar Souza, Herneus de Nadal, Rogério Mendonça e Jorginho Mello** para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão Permanente de Ética e Decoro Parlamentar. Verificado o quorum regimental conforme assinaturas constantes da lista de presença própria, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Herneus de Nadal que, em obediência ao parágrafo primeiro do artigo 123 do Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos à Presidência e Vice-Presidência que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma chapa com os nomes dos Deputados **Joares Ponticelli** para Presidente e **Rogério Mendonça** para Vice Presidente. Não contestadas as inscrições deu-se início à votação, e prosseguiu-se a chamada nominal dos membros presentes, sendo a chapa inscrita aprovada por unanimidade dos Membros presentes. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado **Joares Ponticelli** saudou e agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião de Instalação, da qual eu, Roberta Liza Farah, Secretária para o ato, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Membros presentes. Florianópolis, três de março de dois mil e quatro.

Deputado **Joares Ponticelli** - Presidente
Deputado **Rogério Mendonça** - Vice-Presidente
Deputado **Antônio Carlos Vieira** - Membro
Deputado **Dionei Walter da Silva** - Membro
Deputado **Herneus de Nadal** - Membro
Deputado **Pedro Baldissera** - Membro
Deputado **Cesar Souza** - Membro
Deputado **Antônio Ceron** - Membro
Deputado **Jorginho Mello** - Membro

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

Às quatorze horas do dia três de março do ano de dois mil e quatro, reuniram-se na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os senhores Deputados Lício Mauro da Silveira, José Paulo Serafim, Jorginho Mello, Wilson Vieira, Narcizo Parisotto, Ronaldo Benedet e João Rodrigues, com a finalidade específica de eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão. Abertos os trabalhos, na qualidade de Deputado mais idoso, O Deputado Lício Mauro da Silveira conduziu a eleição, na qual foram eleitos por unanimidade os Deputados João Rodrigues e Wilson Vieira, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente empossado agradeceu a escolha do seu nome à presidência da Comissão e informou que a data das reuniões ordinárias atenderá o disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o senhor Presidente encerrou a reunião, a qual, eu, Paulo Roberto Silveira, Secretário Executivo da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Reuniões, 03 de março de 2004.
Deputado **João Rodrigues** - Presidente
Deputado **Wilson Vieira** - Vice-Presidente
Deputado **José Paulo Serafim** - Membro
Deputado **Jorginho Mello** - Membro
Deputado **Lício M. da Silveira** - Membro
Deputado **Narcizo Parisotto** - Membro
Deputado **Ronaldo Benedet** - Membro

*** X X X ***

ERRATA

ERRATA Nº 119/2003 RERRATIFICAÇÃO

Diante de equívoco de secretaria, rerratifica-se o Extrato nº 119/2003, de interesse da Empresa Dobel - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda., tocante ao número do Contrato, onde lê-se "11º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 011/2001-00", lê-se "12º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 010/2001-00" e à vigência do contrato, onde lê-se "pelo período compreendido entre 01/01/2003 e 31/12/2004", leia-se "01/01/2004 e 31/12/2004".
Florianópolis, 16 de março de 2004.

Osmar Rogge
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 080/2004

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 1570, de 24/11/03,

TRANSFERIR do mês de abril para dezembro, as férias fixadas para o ano de 2004, do servidor **LUIZ CARLOS GUIOTTO**, matrícula nº 2436.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/2004
VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA
Diretora, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 081/2004

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:
LOTAR **MARCO A. RODRIGUES NORONHA**, matrícula nº 1492, na Divisão de Serviços Gerais.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/2004
VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA
Diretora, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 082/2004

A DIRETORA, EM EXERCÍCIO, DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR o servidor **ALDO LUIZ GARCIA**, matrícula nº 1094, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, promover *SINDICÂNCIA SINGULAR*, com a finalidade de apurar os fatos comunicados à Administração:

1. pelo Ofício n.º 134/2004, do Gabinete do Deputado Sergio Godinho, informando o desaparecimento dois cartuchos de impressão (01 hp 930c preto; 01 hp 930c colorido) e;
2. pelo Ofício n.º CTASP/007/04, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, informando o desaparecimento de um telefone/fax.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/2004
VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA
Diretora, em exercício

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 083/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ANA MARIA BAGGIO DA SILVA**, matrícula nº 2106, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-11-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 21/02/2004.

PORTARIA Nº 084/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIO AUGUSTO LAUS**, matrícula nº 0469, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 29/02/2004.

PORTARIA Nº 085/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ZULAMAR VERGILIO FRANCISCO**, matrícula nº 1589, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 01/03/2004.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/2004
VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA
Diretora, em exercício

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 086/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MYLLENE VIEIRA CAMILLI**, matrícula nº 1902, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-11-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 03/03/2004.

PORTARIA Nº 087/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARLENE ROSA NUNES**, matrícula nº 0676, ocupante do cargo de Bibliotecário, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 04/03/2004.

PORTARIA Nº 088/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO**, matrícula nº 1389, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 04/03/2004.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/2004

VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA

Diretora, em exercício

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 089/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **SILVIA FERREIRA**, matrícula nº 1412, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 07/03/2004.

PORTARIA Nº 090/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA GERALDINA DA SILVA SOUZA**, matrícula nº 1255, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 08/03/2004.

PORTARIA Nº 091/2004 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **NEUCY FERREIRA**, matrícula nº 0464, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 12 (doze) dias, a partir de 08/03/2004.

Palácio Barriga Verde, em 16/03/2004

VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA

Diretora, em exercício

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 090/04

Dispõe sobre a Consulta de Enfermagem no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1.º - Fica instituída, no âmbito das unidades públicas de saúde do Estado de Santa Catarina, como atividade privativa do enfermeiro, a consulta de enfermagem, em conformidade com as normas dos programas de saúde pública e as rotinas adotadas pelo Ministério da Saúde, em conformidade com a Lei federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990; com a Lei Federal n. 7.498, de 25 de junho de 1986; com o Decreto federal n. 94.406, de 08 de junho de 1987 e com as Resoluções n. 159, de 19 de abril de 1993 e n. 195, de 18 de fevereiro de 1997.

Art. 2.º - A consulta de enfermagem de que trata esta Lei, que compreende a prescrição e transcrição de medicamentos, bem como a solicitação de exames de rotina e complementares, será realizada, privativamente, no âmbito da assistência ambulatorial, pelos enfermeiros Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Art. 3.º - Serão adotados pelo Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina os seguintes cadernos e manuais técnicos editados pelo Ministério da Saúde:

I - CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA:

- a) N. 01 - A Implantação da Unidade de Saúde da Família;
- b) N. 02 - Treinamento Introdutório;
- c) N. 03 - Educação Permanente;
- d) N. 04 - Atenção à Saúde do Idoso;
- e) N. 05 - Saúde do Trabalhador;
- f) N. 06 - Manual Técnico para Controle da Tuberculose;
- g) N. 07 - Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus;
- h) N. 08 - Violência Intrafamiliar;
- i) N. 09 - Dermatologia na Atenção Básica;
- j) N. 10 - Guia para Controle da Hanseníase;
- k) N. 11 - Saúde da Criança;
- II - MANUAIS TÉCNICOS:
- a) do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB);
- b) de Controle do DST;
- c) de Câncer do Colo do Útero (INCA);
- d) de Câncer de Mama (INCA);
- e) de Assistência do Pré-Natal;
- f) de Planejamento Familiar;
- g) de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância

(AIDPI);

- h) do Programa Nacional de Imunização (PNI);
- i) Abordagem Nutricional em Diabetes Mellitus;
- j) Conselho Brasileiro sobre Diabetes: Diagnóstico e classificação do Diabetes;
- k) Mellitus (D.M) e tratamento do D.M. tipo II;
- l) Conselho Brasileiro sobre Hipertensão Arterial: Diagnóstico e Tratamento.

§ 1.º As alterações promovidas nos cadernos e manuais técnicos pelo Ministério da Saúde serão automaticamente adotadas pelo Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina.

§ 2.º Os novos cadernos e manuais técnicos editados pelo Ministério da Saúde serão igualmente adotados como rotinas pelo Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de fevereiro de 2004.

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 16/03/04

JUSTIFICATIVA

A instituição e normalização da Consulta de Enfermagem proposta no presente Projeto de Lei terá dois resultados relevantes. O primeiro e mais importante é o da melhoria do atendimento de saúde na rede pública, com a agilização do atendimento e tratamento de pacientes que atualmente dependem única e exclusivamente da consulta médica para procedimentos básicos de solicitação de exames, prescrição e transcrição de medicamentos que, de acordo com a legislação vigente, podem ser efetuados por profissionais enfermeiros.

De outra parte corrige uma injustiça, pois os enfermeiros, apesar de estarem habilitados às chamadas Consultas de Enfermagem, atualmente não as prestam por falta de medidas que reconheçam essa prerrogativa, mesmo estando devidamente amparada na legislação brasileira.

As Consultas de Enfermagem se traduzem num procedimento de significância porque através delas "os enfermeiros fazem diagnóstico de problemas e prescrevem soluções". Isso embasados na alínea "c", inciso 11, da Lei federal 7.498, de 26 de julho de 1986, que expressa claramente: "O enfermeiro pode, como parte integrante de equipe de saúde, prescrever medicamentos em programas de saúde pública ou em rotina instituída por instituição de saúde, pública ou privada".

Ao referirmos esse dispositivo legal a intenção é a de deixar claro que a instituição das Consultas de Enfermagem não pretende ser uma "invasão de espaço" no campo da atuação dos médicos. O presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Gilberto Linhares, expressa com propriedade num artigo recente que as Consultas de Enfermagem se traduzem numa "evolução das políticas e das práticas de saúde para o bem de todos brasileiros".

Nesse contexto, torna-se indispensável o apoio dos parlamentares desta Casa ao Projeto de lei que apresentamos, para que assim a categoria dos enfermeiros dê sua contribuição para a qualificação da saúde pública nacional.

Bom esclarecer ainda que ao incluirmos os Cadernos de Atenção Básica e os Manuais Técnicos como de adoção obrigatória no Sistema Único de Saúde de Santa Catarina, o objetivo é o de balizar as Consultas de Enfermagem, as quais podem ser o meio para a aplicação dos programas públicos indicados pelo Ministério da Saúde para diversos segmentos e males.

Por constitui-se portanto em matéria de interesse da sociedade catarinense, esperamos aprová-la.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 091/04

Denomina de "Eduardo Pedro Bergmann" o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vitório Burigo, Distrito de Estação Cocal, Município de Morro da Fumaça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - Fica denominado de "Ginásio de Esportes Eduardo Pedro Bergmann", o localizado no Distrito de Estação Cocal, Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2004.

Deputado Ronaldo Benedit

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/04

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egréria Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar aos Senhores Deputados o Projeto de Lei que visa denominar "**Eduardo Pedro Bergmann**", o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vitório Burigo, Distrito de Estação Cocal, no Município de Morro da Fumaça.

A referida Escola é uma das duas únicas estaduais no Município de Morro da Fumaça. A Escola de Educação Básica Vitório Búriço, oferece cursos de 1º a 8º série. Conta com cerca de 350 anos.

A construção do Ginásio naquele estabelecimento de ensino atesta a preocupação do nosso Governo com a educação dos alunos. O esporte recebe grande impulsionamento naquela escola, proporcionando saúde, diversão e cultura.

Nascido em 13 de outubro de 1899, ainda muito jovem, Eduardo Pedro Bergmann passou a residir no Distrito Estação.

Casou-se no dia 29 de janeiro de 1921, com Graciosa Niero, tendo os seguintes filhos: Enedina, Erotides, Adelinda, Agenor, Nilson, Edite, Elza, Pedro, Edenis, Hélia, Edelcy, Aldomar e Djalma.

Homem empreendedor, estabeleceu um dos primeiros estabelecimentos comerciais do Distrito. Era a loja Secos e Molhados Eduardo Pedro Bergmann Ltda, que consistia na venda de produtos alimentícios dentre outros.

Sempre teve expressiva participação na área social, econômica e política do Distrito de Estação Cocal.

Pessoa honesta e trabalhadora, de formação simples, exerceu seu ofício com muita honra, dedicação e trabalho.

Por seus atributos pessoais e pelo modo afável com que se relacionava em sua comunidade, conquistou muitas amizades.

Faleceu no dia 12 de julho de 1975.

Sempre demonstrou empenho e trabalhou arduamente pelo progresso do Distrito e da região.

Emprestar o seu nome para este importante Ginásio de Esportes é a justa homenagem do seu povo e sua gente à esta ilustre personalidade que tanto benefícios proporcionou à sua comunidade e região.

Através da homenagem que se pretende prestar o reconhecimento da sociedade local a um cidadão que lhe é de grata lembrança pela profícua e longa convivência.

A positiva repercussão social, o devido respeito prestado e a plena satisfação da sociedade justificam a medida.

Certo de seu desprendido empenho para tornar concreto esta proposição, antecipo meus sinceros agradecimentos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/04**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF. TC/GAP-1973/2004

Exmo. Sr.

Deputado VOLNEI MORASTONI

DD. Presidente da assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter a apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa do Projeto de Lei Complementar que "altera a redação dos arts. 20 e 52 e os anexos I, II, III, VI e X da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004,

que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa", acompanhado da respectiva exposição de motivos.

Certo da acolhida por V. Exa. e seus dignos pares ao pleito ora apresentado, colho do ensejo para renovar-lhes meus protestos de elevado e distinguido apreço.

Atenciosamente,

Conselheiro SALOMÃO RIBAS JUNIOR
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 16/03/04

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA GERAL - SEG

Coordenação de Controle de Decisões - CODE

Divisão de Controle das Decisões - DIDEC

Decisão n. 0295/2004

1. Processo n. PNO - 04/01178048

2. Assunto: Grupo 1 - Processo Normativo - Projeto de Lei Complementar

3. Interessado: Salomão Ribas Junior - Presidente

4. Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

5. Unidade Técnica: Gabinete da Presidência

6. Decisão:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 2º, IV, "c", da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Aprovar o encaminhamento do Projeto de Lei Complementar que propõe alteração na redação dos arts. 20 e 52 e correção dos anexos I, II, III, VI e X, todos da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

7. Ata n. 06/2004

8. Data da Sessão: 03/03/2004 - Administrativa

9. Especificação do **quorum**:

9.1. Conselheiros presentes: Salomão Ribas Junior (Presidente), Luiz Suzin Marini, Otávio Gilson dos Santos, Moacir Bertoli, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst e José Carlos Pacheco.

10. Auditores presentes: Altair Debona Castelan, Clóvis Mattos Balsini e Thereza Aparecida Costa Marques.

SALOMÃO RIBAS JUNIOR - Presidente

JOSÉ CARLOS PACHECO - Relator

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CONSULTORIA GERAL

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa Augusta Assembléia Legislativa o incluso Projeto de Lei Complementar propondo alterações da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O projeto, em síntese, propõe:

1) Modificar a redação do art. 52 visando corrigir distorções na cláusula de vigência, de modo a deixar expresso que a Lei Complementar produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.

O artigo 52 da Lei Complementar nº 255/04 deveria constituir, ao mesmo tempo, cláusula de vigência (início da obrigatoriedade) e de aplicação (efeitos no tempo). Contudo, referido dispositivo fixou o dia 01 de janeiro de 2004 como o início de sua vigência. Por razões que não cabe discutir, referida Lei foi publicada no dia 13 de janeiro de 2004, causando dúvidas quanto ao momento de sua aplicação.

Ainda que se tenha a convicção de que a referida Lei Complementar deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2004, é importante que se proceda a modificação da redação do art. 52 para afastar quaisquer dúvidas à sua eficácia, deixando expresso que a Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004 produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004, atendendo, assim, aos reais objetivos da proposta original.

2) Modificar os anexos I e VI para reduzir os níveis do cargo de Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo de 12 a 15 para **12 a 14**, e o anexo II para, da mesma forma, reduzir os níveis dos cargos efetivos em extinção de Analista em Informática, Analista Técnico Administrativo II e Enfermeira, de 12 a 15 para **12 a 14**, e, por via de consequência, dar nova redação ao art. 20 para ajustá-la aos anexos.

O projeto de Lei que deu origem à Lei Complementar nº 255/04, de iniciativa deste Tribunal de Contas, escalonava os cargos de Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo, de Analista em Informática, de Analista Técnico Administrativo II e de Enfermeira em **quatro** níveis (12 a 15), os Cargos de Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo em **três** níveis (8 a 10) e os cargos de Auditor Fiscal de Controle Externo em **três** níveis (13 a 15). Diante da falta de uniformidade entre o quantitativo de níveis destes cargos, fato observado apenas quando da tramitação da matéria nessa Augusta Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas se comprometeu a redefini-los de modo a afastar tal disparidade.

Assim, o que se propõe é a correção dos anexos I e VI com vistas à redefinição dos níveis dos cargos de Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo, de Analista em Informática, de Analista Técnico Administrativo II e de Enfermeira para possibilitar um tratamento igualitário, quanto à perspectiva de progressão funcional, com os demais cargos pertencentes à estrutura de cargos do Tribunal de Contas.

3) Corrigir o anexo II na parte em que se refere ao Código **TC-ONB** atribuído ao Cargo de Auxiliar Administrativo Operacional I e II, em extinção, que deve ser substituído pelo Código **TC-AAO**.

4) Corrigir o anexo III na parte em que se refere ao Cargo de Provimento em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário para substituir o Código DAI-1 pelo código **DAI-5**, mantendo-se a uniformidade de nomenclatura com os demais anexos.

5) Corrigir o Anexo X na parte em que se refere ao índice da Gratificação de Desempenho e Produtividade dos cargos efetivos de nível básico e nível médio, e dos cargos de provimento em comissão DAI-5, DAS-1, DAS-2 e DAS-3, de modo a estabelecer um escalonamento em função da complexidade das atribuições dos respectivos cargos, contemplando com o mesmo percentual de aumento os diversos cargos existentes na estrutura do Tribunal de Contas.

Florianópolis, em 10 de março de 2004
Conselheiro Salomão Ribas Junior
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/007.3/2004

Altera a redação dos arts. 20 e 52 e os anexos I, II, III, VI e X da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos

dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 20 e 52 da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. O enquadramento no cargo de Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo se fará nos níveis e referências de 12-A a 14-I, observada a linha de correlação estabelecida no Anexo VI, integrante desta Lei Complementar.

Art. 52. Esta Lei Complementar produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.”

Art. 2º O anexo I da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, fica alterado na parte em que se refere aos níveis do Cargo de Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo, que passam a corresponder aos níveis 12 a 14, na forma do anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º O anexo II da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, fica alterado na parte em que se refere aos níveis dos Cargos de Analista em Informática, Analista Técnico Administrativo II e Enfermeira, que passam a corresponder aos níveis 12 a 14, na forma do anexo II, desta Lei Complementar.

Art. 4º O anexo III da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, fica alterado na parte em que se refere à codificação do Cargo em Comissão de Direção e Assistência Intermediária, que passa a corresponder ao Código DAI-5, na forma do anexo III, desta Lei Complementar.

Art. 5º O anexo VI da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, fica alterado na parte em que se refere aos níveis do Cargo de Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo, que passam a corresponder aos níveis 12 a 14, na forma do anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 6º O anexo X da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, fica alterado na parte em que se refere ao índice da Gratificação de Desempenho e Produtividade dos cargos efetivos de nível básico e nível médio, e dos cargos de provimento em comissão DAI-5, DAS-I, DAS-2 e DAS-3, na forma do anexo V desta Lei Complementar.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 10 de março de 2004

Conselheiro Salomão Ribas Junior
Presidente

ANEXO I

(ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2004)

ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS PERMANENTES DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIA	QUANTIDADE DE CARGOS
Auditor Fiscal de Controle Externo	Nível Superior em Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Computação/Informática, Direito, Economia e Engenharia	13 a 15	A a I	450
Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Nível Superior	12 a 14	A a I	90
Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Nível Médio (2º Grau)	8 a 10	A a I	100
Motorista Oficial	Nível Básico (1º Grau)	4 a 6	A a I	15
TOTAL				655

ANEXO II

(ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2004)

ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS EM EXTINÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	CÓDIGO	NÍVEL	REFERÊNCIA	QUANTIDADE DE CARGOS
Auxiliar Administrativo Operacional-I	TC-AAO	1 a 3	A a I	22
Auxiliar Administrativo Operacional-II	TC-AAO	4 a 6	A a I	
Administrador	TC-ONS	13 a 15	A a I	1
Advogado	TC-ONS	13 a 15	A a I	2
Analista de Sistema	TC-ONS	13 a 15	A a I	1
Contador	TC-ONS	13 a 15	A a I	1
Economista	TC-ONS	13 a 15	A a I	1
Analista em Informática	TC-ONS	12 a 14	A a I	1
Analista Técnico Administrativo II	TC-ONS	12 a 14	A a I	2

Enfermeira	TC-ONS	12 a 14	A a I	1
Técnico de Atividades Administrativas	TC-ONM	8 a 10	A a I	3
Técnico Judiciário Auxiliar	TC-ONM	8 a 10	A a I	1
Investigador Policial	TC-ONM	8 a 10	A a I	1
TOTAL				37

ANEXO III

(ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2004)

QUANTITATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
DAI-5	Auxiliar de Gabinete	15
Sub-total		15
DAS-1	Assistente de Gabinete da Presidência	01
Sub-total		01
DAS-2	Assessor de Gabinete	09
Sub-total		09
DAS-3	Assessor de Auditor	05
Sub-total		05
DAS-4	Chefe da Assessoria da Presidência	01
	Chefe de Gabinete de Conselheiro	07
	Assessor Parlamentar	01
	Assessor da Corregedoria-Geral	01
Sub-total		10
DAS-5	Chefe do Gabinete da Presidência	01
	Assessor do Gabinete da Vice-Presidência	01
	Diretor do Instituto de Contas	01
	Diretor Geral de Controle	01
	Diretor Geral de Administração e Planejamento	01
	Diretores de Controle	04
	Diretores de Administração	03
	Consultor Geral	01
	Secretário Geral	01
	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	01
Sub-total		15
TOTAL		55

ANEXO IV

(ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2004)

CORRELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

SITUAÇÃO ATUAL (Lei N. 78/93 e Lei N. 1148/93)			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARGO	NÍVEL	REFE- RÊNCIAS	CARGO	NÍVEL	REFE- RÊNCIAS
Analista de Controle Externo	13 a 15	A a I	Auditor Fiscal de Controle Externo	13 a 15	A a I
Assistente de Controle e Administração	11 a 13	A a I	Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo	12 a 14	A a I
Técnico de Controle e Administração	8 a 10	A a I	Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo	8 a 10	A a I
Datilógrafo/Digitador	7 a 9	A a I	Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo	8 a 10	A a I
Motorista Oficial	4 a 6	A a I	Motorista Oficial	4 a 6	A a I
Auxiliar de Serviços Especiais	4 a 6	A a I	Auxiliar Administrativo- Operacional - II	4 a 6	A a I
Auxiliar de Serviços Gerais	1 a 3	A a I	Auxiliar Administrativo- Operacional - I	1 a 3	A a I

ANEXO V

(ANEXO X DA LEI COMPLEMENTAR 255, DE 12 DE JANEIRO DE 2004)

TABELA DE ÍNDICES DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

CARGOS EFETIVOS	ÍNDICE (Fator multiplicado pelo Piso de Venci- mento do Tribunal de Contas)
Atividades de Nível Básico	1,00
Atividades de Nível Médio	1,16
Atividades de Nível Superior	2,00
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	ÍNDICE (Fator multiplicado pelo Piso de Venci- mento do Tribunal de Contas)
Atividade de Direção e Assistência Intermediária - DAI-5	1,16
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-1	1,16
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-2	1,16
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-3	1,16
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-4	1,50
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-5	2,00

*** X X X ***